



EDITAL
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

DADOS DA LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 09/2026 UASG: 425128	DATA DE ABERTURA: 16/06/2026 às 9h00min. SÍLIO: https://www.gov.br/compras/pt-br
--	--

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº: 2026.110222.04402	PROCESSO ADMINISTRATIVO SIGA Nº: SES/0007/2026
--	---

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de grupo(s) gerador(es) estacionário(s), potências disponíveis de 33kVA (trinta e três quilo-Volt- Ampère), 50kVA (cinquenta quilo-Volt-Ampère), 80kVA(oitenta quilo-Volt-Ampère), 100kVA(cento quilo-Volt-Ampère), 150kVA (cento e cinquenta quilo-Volt-Ampère), 300kVA(trezentos quilo-Volt-Ampère), 500kVA(quinhentos quilo-Volt-Ampère) e 750kVA(setecentos e cinquenta quilo-Volt-Ampère), para atender aos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), às Unidades Regionais de Saúde (URS) e aos órgãos administrativos vinculados à Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Maranhão (SES/MA), conforme as condições, especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital.

VALOR ESTIMADO: R\$ 15.038.318,20

(QUINZE MILHÕES, TRINTA E OITO MIL, TREZENTOS E DEZOITO REAIS E VINTE CENTAVOS)

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO: Verificar Itens 4 e 8 do Termo de Referência – Anexo I, do Edital.	QUANTIDADE DE ITENS: 9
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO	FORMA DE ADJUDICAÇÃO: UNITÁRIO
FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADA	MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública, para o endereço licitases@saude.ma.gov.br .	PERMITE OFERTA DE QUANTIDADE INFERIOR: NÃO
PRAZO DE ENVIO DE PROPOSTA AJUSTADA: 2 horas , a contar da solicitação.	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: 0,01
HABILITAÇÃO: (NÃO) SERÁ ANTERIOR À FASE DE LANCES	

LIC. EXCLUSIVA ME/EPP	LIC. AMPLA PARTICIPAÇÃO	COTA RESERVADA ME/EPP	PARTICIPAÇÃO COOPERATIVA	PARTICIPAÇÃO CONSÓRCIO	EXIGE AMOSTRA	PROVA DE CONCEITO
NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO



LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos),
Lei Estadual nº 9.529/2011 (ME/EPP),
Lei Complementar nº 123/2006 (ME/EPP),
Lei Estadual nº 10.403/2015 (Regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP),
Decreto Estadual nº 36.160/2020 (Instituição do SIGA),
Decreto Estadual nº 36.161/2020 (Plano Anual De Compras Públicas),
Decreto Estadual nº 38.728/2023 (Suspensão dos Procedimentos Licitatórios e Controle e Centralização de Compras e Contratos),
Decreto Estadual nº 38.136/2023 (Sistema de Registro de Preço),
Decreto Federal nº 8.538, de 06/10/2015 (ME/EPP/agricultores familiares/produtores rurais, pessoa física/MEI/sociedades cooperativas),
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 (Sustentabilidade ambiental),
Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (Critério de julgamento por menor preço ou maior desconto),
Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018 (SICAF),
Instrução Normativa DREI/SGD/ME nº 82, de 19/02/2021 (Autenticação dos livros contábeis ou não),
Instrução Normativa RFB nº 2110/2022 (Tributação previdenciária e arrecadação das contribuições sociais),
Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992 (Improbidade administrativa),
Lei Federal nº 11.101, de 09/02/2005 (Recuperação judicial, extrajudicial e falência),
Lei Federal nº 12.846, de 2013 (Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas),
Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil),
Demais normas regulamentares, Princípios correlatos pertinentes à espécie e Exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

O Pregão será realizado em sessão pública *on line* por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site <http://gov.br/compras/pt-br/>

Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no **Sistema Eletrônico – ComprasNet**, daqui por diante, denominado **Sistema**, e na documentação relativa ao certame.

MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO E CONSULTA DO EDITAL:

O edital poderá ser retirado gratuitamente nos sítios: O edital poderá ser retirado gratuitamente nos sítios: www.gov.br/compras/pt-br - Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/pncp/pt-br - Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e <https://csi.saude.ma.gov.br/> - Secretaria de Estado da Saúde - MA.

Toda e qualquer comunicação com o(a) Pregoeiro(a) será realizada por meio eletrônico, utilizando o e-mail licitases@saude.ma.gov.br, ou quando da sessão pública de disputa do certame, por intermédio do *chat* do **Sistema**, sendo que não serão prestadas informações por contato telefônico ou outro endereço eletrônico não indicado neste Edital.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;
2. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de expediente na Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão do Governo Estadual do Maranhão - SES;
3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do



certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

4. Apesar da observância aos ditames da Lei Estadual 10.403, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP nas licitações públicas, não será aplicado o benefício da exclusividade às ME's, EPP's e MEIs e nem cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento), porque importa em prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.

ASSUNTOS	ITENS
DO PREÂMBULO	1
DO OBJETO E VALOR ESTIMADO	2
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	3
DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	4
DO CREDENCIAMENTO	5
DAS PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	6
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
DAS CONDIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA	8
DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES	9
DA FASE DE JULGAMENTO	10
DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	12
DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	13
DOS RECURSOS	14
DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO	15
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	17

SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I – Termo de Referência;
ANEXO II – Planilha de Preço;
ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada;
ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços;
ANEXO V – Modelo de Ata de Registro de Preços;
ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato.

PREGOEIRO RESPONSÁVEL: Kellen Bianka Aires da Costa



1. DO PREÂMBULO

1.1. Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, por meio da Comissão Permanente de Contratação/CPC/SES, sediada na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n – Jaracaty, em São Luís (MA), CEP: 65076-820, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do Decreto 39.437, de 10 de outubro de 2024.

1.2. A licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo necessário que os licitantes interessados providenciem o credenciamento junto ao **COMPASNET** através do site www.gov.br/compras/pt-br/.

2. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

2.1. A presente licitação visa a escolha da proposta mais vantajosa, de acordo com as informações dispostas nos **DADOS DA LICITAÇÃO**, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Edital.

2.2. A licitação será dividida conforme PLANILHA DE PREÇOS – Anexo II deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos **itens/grupos** forem de seu interesse.

2.3. O custo estimado da contratação é o constante nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

2.4. Quando se tratar de VALOR SIGILOSO, o custo estimado da contratação será tornado público após a etapa de negociação ou após o encerramento da licitação, de acordo com o informado pelo(a) pregoeiro(a) em sessão.

2.5. O valor estimado da contratação ou valor máximo aceitável ou valor de referência para aplicação do maior desconto, será o estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

2.6. Na hipótese de haver diferença na descrição do objeto registrado no Sistema e nas especificações constates no Anexo I, deste Edital, deverá ser considerada a do Edital.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos para atender as despesas decorrentes da **aquisição** serão alocados pelos Órgão interessados. As despesas com a contratação que porventura ultrapassarem o exercício em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente.

3.2. No caso da licitação para **aquisição** através do Sistema de Registro de Preços, não é necessário a indicação de recursos orçamentários, em virtude da sua natureza de “promessa de contratação”, exigível apenas antes da assinatura do contrato, nos termos do **§ 3º do art. 10 do Decreto Estadual nº 38.136/2023**.

3.3. As despesas para atender a presente demanda somente serão disponibilizadas quando da formação dos processos de aquisição, uma vez que, para Registro de Preços, tal indicação não é necessária no momento, somente sendo necessária a informação da natureza de despesa, que é 44.90.52.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou apresentar pedido de esclarecimento.

4.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverá ser encaminhado exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail indicado no **DADOS DA LICITAÇÃO**. Deverá ser encaminhada uma via da impugnação na **extensão “pdf”** e uma via em **extensão “doc”**.

4.2.1. Caberá ao licitante confirmar junto ao Pregoeiro(a) o recebimento do e-mail que encaminhar seu pedido.

4.3. O pedido de impugnação deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações:



- 4.3.1. Número do certame impugnado;
- 4.3.2. Nome da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física impugnante;
- 4.3.3. Razões da impugnação e solicitações de alteração;
- 4.3.4. Nome, CNPJ, endereço e contato da Pessoa Jurídica ou, no que couber, da Pessoa Física impugnante.
- 4.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 4.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 4.6. Não será reconhecida a impugnação quando protocolada depois de vencido o prazo de interposição.
- 4.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.
- 4.8. Decairá o direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 4.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo **Sistema** e vincularão os participantes e a Administração.

5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema **Compras.gov.br**, por meio do sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br,
- 5.1.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.
- 5.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à SES/MA, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 5.5. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).



6.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte - nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015, para critério de desempate.

6.5.1. O benefício para participação exclusiva, nos itens sinalizados no Termo de Referência ou planilha de preços vinculados a este edital, fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.6. Não poderão disputar esta licitação:

6.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



6.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

6.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, caso haja indicação de vedação no “DADOS DO CERTAME”;

6.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.7. O impedimento de que trata o item 6.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.6.2 e 6.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.10. O disposto nos itens 6.6.2 e 6.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

6.12. A vedação de que trata o item 6.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.13. Caso permitida a participação de consórcios, na forma do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, as empresas associadas deverão apresentar, no ato da assinatura do contrato, a comprovação do compromisso público ou particular de constituição.

6.13.1. Deverá ser indicada, na proposta de preços, a empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança.

6.13.2. Todos os documentos de habilitação, de cada consorciado, deverão ser apresentados na forma do item 11 deste Edital, sob pena de inabilitação.

6.13.2.1. Serão somados os quantitativos indicados nos atestados de capacidade técnica de cada consorciado para a comprovação da qualificação técnica.

6.13.2.2. Para efeito de qualificação econômico-financeira, será considerado o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

6.14. As empresas integrantes respondem solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase licitatória quanto na fase contratual.

6.15. É vedada a participação de empresa em mais de um consórcio no presente certame.



7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá ou antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, de acordo com o constante no “DADOS DO CERTAME”.

7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 11.2 e 11.7 deste Edital.

7.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

7.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

7.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.6.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.4 ou 7.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

7.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes



convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.14.1. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DAS CONDIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor unitário, total ou o percentual de desconto para cada item ou grupo de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

8.1.2. Descrição detalhada do objeto.

8.1.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.1.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.1.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.1.6. Os quantitativos previstos no orçamento estimado pela Administração não poderão ser alterados pelo proponente, salvo disposição contrária no “**DADOS DO CERTAME**” deste edital.

8.1.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

8.1.8. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante.

8.1.9. Ao cadastrar sua proposta no sítio do sistema **Comprasnet** o Licitante deverá fazer a descrição



detalhada do objeto. Para o detalhamento deverá ser utilizado o campo “**Descrição detalhada do objeto ofertado**”.

8.1.10. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o Licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

8.1.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar, aos contratados, a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

- a) Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da legislação; ou
- b) Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo percentual ou pelo valor unitário do item ou do grupo, conforme o caso.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



- 9.10.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.10.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 9.10.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.10.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.11.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.12.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.14.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.15.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.16.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.17.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pela Lei Estadual nº 10.403/2015.
- 9.17.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.17.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.17.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.17.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.18.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais



da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

9.18.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.18.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.18.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento (Decreto Estadual nº 38.908/2024);

9.18.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.18.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.18.2.2. Empresas brasileiras;

9.18.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.18.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.18.3. Se, mesmo após a aplicação dos procedimentos previstos nos itens acima, ainda persistir o empate, o sistema COMPRASNET realizará o sorteio para fins de desempate;

9.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.19.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.19.4.1. A **Proposta de Preços readequada ao valor final** deverá ser apresentada em **01 (uma) via**, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de **apresentação obrigatória**:

a) **Número do Pregão, razão social do proponente, número do CNPJ/MF, endereço**

Página 12 |



completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail) e fax, este último se houver, para contato, bem como **dados bancários** tais como: **nome e número do Banco, agência e conta corrente** para fins de pagamento;

- b) **Descrição detalhada do objeto** da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência (**Anexo I**), com a indicação da **unidade de fornecimento, quantidade, marca/fabricante e modelo/referência/código**;
- c) **Nome completo do responsável pela assinatura do contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa**;
- d) **Prazo de validade da proposta**: não inferior a **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública deste pregão eletrônico;
- e) **Prazo de entrega**: até **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da data de recebimento da respectiva Nota de Empenho;
- f) **Local de entrega**: no **ALMOXARIFADO/SES/MA**, localizado na Estrada da Vitória, nº 2409, Bairro Fé em Deus, CEP nº 65.037-270, São Luís – MA (ponto de referência: próximo a Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação), contato: (98) 99145-3771, em dia e horário de expediente da SES, de segunda a sexta feira, de 8h00 às 18h00, podendo ocorrer excepcionalmente aos sábados, domingos e feriados;
- g) **Garantia dos equipamentos**: não poderá ser inferior a **12 (doze) meses**, contado a partir do recebimento definitivo por parte da SES;
- h) **Vigência Contratual**: de **12 (doze) meses**;
- i) **Catálogo, manual, prospectos com foto, folders, desenhos, fichas técnicas e/ou material ilustrativo** legível em português, relativos ao(s) item(s) ofertado(s) com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação ou ficha técnica do produto;
 - i.1) caso no **catálogo** constem diversos modelos, a licitante deverá identificar e destacar aquele com o qual está concorrendo na licitação;
 - i.2) a simples ausência de manual, prospectos com foto, folders, desenhos e/ou fichas técnicas para o produto ofertado **não implicará na desclassificação da Proposta de Preços**, desde que seja possível suprir-lhe a falta, sendo que a Administração poderá realizar diligência para esclarecimentos, aplicando-se subsidiariamente o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021
 - i.3) Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “**FONTES**” (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>.) do respectivo documento possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto;

9.19.5. É facultado ao Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.20. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. O(A) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 6.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Lista de Licitantes Declaradas Inidôneas para participar de licitações, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>)

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.5. Na sequência o(a) Pregoeiro(a) examinará a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar quanto ao valor ou desconto e quanto ao atendimento das especificações.

10.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 6.5.1. e 7.6 deste edital.

10.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



10.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

a) A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) pregoeiro(a), que comprove:

10.9.a.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.9.a.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

10.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos

11.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

11.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, poderá haver um acréscimo no percentual, conforme detalhado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

11.6. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta mais vantajosa, o(a) Pregoeiro(a) verificará se foi apresentada as declarações previstas no **subitem 7.4** deste Edital.

11.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



11.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via Sistema, no prazo indicado no “chat”, sob pena de inabilitação, exceto para os documentos referentes à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para quem o prazo será de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública.

11.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

11.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

11.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

11.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

11.13. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, caso concedido, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a).

11.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

11.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

11.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das



propostas;

11.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.13.1.

11.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.20. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.21. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.21.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.22. Ressalvado o disposto no item 11.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.23. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.23.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.23.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.23.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018 (art. 44), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

11.23.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI/Sociedades Limitadas Unipessoais-SLU: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

11.23.5. No caso de cooperativa: quando permitida a participação, ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, nos termos ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 5º da Lei nº 5.764/1971.

11.23.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de



autorização, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.23.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ou outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, nos termos do art. 4º, § 2º do Decreto nº 10.880, de 2021.

11.23.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural contribuinte individual (pessoa física), nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971/2009 (art. 17 a 19 e 165).

11.23.9. Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Maranhão, de acordo com o art. 1º do Decreto Estadual nº 21.040/2005, para empresários e sociedades empresariais do Estado do Maranhão.

11.24. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.25. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.25.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF ou, quando for o caso, no Cadastro de Pessoas Físicas, notadamente através do Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física, respectivamente;

11.25.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Previdenciária, expedida pela Receita Federal do Brasil;

11.25.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;

11.25.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT para comprovar a inexistência de débitos inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

11.25.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação, com possibilidade de dispensa, a depender do objeto;

11.25.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado, emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

11.25.7. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

11.25.7.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.25.8. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;



11.25.9. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

11.25.10. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.25.11. Quando a prova de regularidade de que trata os itens 11.14.6 / 11.14.7 e 11.14.8 / 11.14.9, for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá ao licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

11.25.12. O licitante detentor de menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.25.12.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

11.25.12.2. A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.26. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.26.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, (quando for o caso).

11.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

11.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.26.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.26.5. Catálogo ou material ilustrativo legível em português, especificamente relativo ao item ou itens ofertados, com característica técnica, modelo/marca, referência, ficha técnica e/ou outras informações que possibilitem a avaliação do produto, sob pena de desclassificação da proposta.

11.26.6. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado, bem como a comprovação da autenticidade do documento proposto.



11.27. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

11.27.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a **90 (noventa) dias** consecutivos anteriores a data de apresentação da proposta de preço, **salvo se a mesma trouxer consignado o seu prazo de validade**.

11.27.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do **art. 58, da Lei federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005**, sob pena de inabilitação, devendo ainda comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

11.27.3. Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

11.27.4. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro, nos termos do **art. 3º do Decreto Federal nº 8.538/2015**.

11.27.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

11.27.6. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

11.27.7. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o **artigo 112 da Lei nº 5.764/71**, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11.27.8. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **superiores a 1 (um)**, resultantes da aplicação das seguintes formulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.27.9. A não apresentação de memória de cálculo não leva à inabilitação do licitante.



11.27.10. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG e Liquidez Corrente - LG, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, **o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.**

11.27.11. Caso a participante esteja concorrendo somente aos itens de participação exclusiva de ME, EPP e MEI, não será exigida apresentação de balanço patrimonial do último exercício para fins de habilitação, conforme previsto no art. 13 da Lei Estadual nº 10.403/2015, sem prejuízos de que, justificadamente, o(a) Pregoeiro(a) diligencie seu envio.

11.27.12. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

11.27.13. Publicados em Diário Oficial ou;

11.27.14. Publicados em jornal de grande circulação ou;

11.27.15. Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;

11.27.16. Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa DREI/SGD/ME nº 82, de 19 de fevereiro de 2021, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.

11.27.17. A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real ou Presumido deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos da IN RFB vigente.

11.28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

11.28.1. Os licitantes que apresentarem habilitação válida no SICAF, poderão deixar de apresentar os documentos abrangidos pelos mesmos. No entanto, permanecerão obrigados a enviar os documentos não contemplados pelo SICAF.

11.28.2. No julgamento da Habilitação o(a) Pregoeiro(a) poderá sanear erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.28.3. Em caso de problema com linha de transmissão de dados, que inviabilize o acesso ao Sistema, o(a) Pregoeiro(a) poderá autorizar o envio da documentação por meio do e-mail indicado nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

11.28.4. O prazo para encaminhamento dos documentos solicitados poderá ser prorrogado por igual período, sendo que tal pedido deverá ser realizado dentro do prazo inicial concedido.

11.28.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.28.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.28.7. Nos itens não exclusivo para as microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos



artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.28.8. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.28.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante remanescente.

11.28.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.28.10. As certidões que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 90 (noventa) dias corridos, a contar de sua emissão.

11.28.11. O(A) Pregoeiro(a), antes de se manifestar com relação aos Documentos de Classificação e Habilitação das empresas participantes do Certame, poderá solicitar parecer técnico do Órgão Requisitante ou ainda, de Pessoas Físicas ou Jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados, a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por e-mail, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

12.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado.

12.4. A ARP poderá ser assinada por meio de assinatura digital, através de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela própria ICP-Brasil.

12.5. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

12.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do disposto do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.7.1. convocar os licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



12.7.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.9. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.10. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

12.11. Ao órgão não participante que aderir à Ata de Registro de Preços, em relação às suas próprias contratações, compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pela fornecedora das obrigações contratuais assumidas e à aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, observada a ampla defesa e o contraditório, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

12.12. Após a autorização do órgão gerenciador, a aquisição ou a contratação deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

12.13. A Ata de Registro de Preços (ANEXO V) será firmada com o Estado do Maranhão, entre a **Secretaria de Estado da Saúde – SES** e a empresa beneficiária, vencedora do certame, sendo este o **ORGÃO INTERESSADO E PARTICIPANTE**, mas tendo o seu gerenciamento realizado pela SALIC/MA.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo



primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

14.3.2. As manifestações fora do sistema eletrônico serão desconsideradas.

14.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. As razões de recurso e contrarrazões enviadas fora do sistema eletrônico não serão recebidas.

14.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

15. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:



- 15.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- 15.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- 15.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- 15.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 16.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 16.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 16.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 16.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 16.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 16.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 16.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 16.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 16.1.5. fraudar a licitação
 - 16.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 16.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 16.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 16.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 16.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 16.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 16.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 16.2.1. advertência;
 - 16.2.2. multa;
 - 16.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos



determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.2. as peculiaridades do caso concreto

16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

16.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver



proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.5. Caberá à licitante interessada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

17.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital. Em relação à prazos, prevalece as informações constantes no Termo de Referência.

17.9. *O Estudo Técnico Preliminar – ETP foi inserido como apêndice neste **Edital exclusivamente para fins de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, em atendimento ao disposto na **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normativos aplicáveis.*

17.9.1. *O ETP constitui **instrumento preparatório** da fase de planejamento da contratação, não devendo ser interpretado como documento vinculante ou definitivo para fins de julgamento da licitação.*

17.9.2. *Para a adequada compreensão do objeto e formação das propostas, **devem ser observadas as informações consolidadas no Termo de Referência (TR) e na planilha de preços estimados**, ambos **anexos ao Edital**, que refletem as condições efetivas da contratação.*

17.10. As especificações do objeto, se divergente entre o ComprasNet e o Termo de Referência,



prevalece o Termo de Referência, devendo a licitante observar as especificações contidas no Anexo I do TR.

17.11. O VALOR ESTIMADO PARA ESTA LICITAÇÃO ENCONTRA-SE NO ANEXO II, SENDO DESCONSIDERADO QUALQUER OUTRO.

17.12. O licitante deverá consignar para proposta ou lance, na forma expressa do **Sistema**, o valor com no máximo duas casas decimais após a vírgula ou percentual de desconto, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

17.13. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de São Luís – MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://csl.saude.ma.gov.br/> - **SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE - SES.**

17.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 17.15.1.** ANEXO I – Termo de Referência e Anexos;
- 17.12.1.1** APÊNDICE DO ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar
- 17.15.2.** ANEXO II – Planilha de Preço;
- 17.15.3.** ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada;
- 17.15.4.** ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços;
- 17.15.5.** ANEXO V – Modelo de Ata de Registro de Preços.
- 17.15.6.** ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato.

São Luís – MA. 25 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente



CHRISANE OLIVEIRA BARROS
Data: 13/05/2026 11:11:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Chrisane Oliveira Barros

Presidente da CPC/SES

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Elaborado em conformidade com ao art. 6º da Lei 14.133/2021.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Objeto e natureza: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de grupo(s) gerador(es) estacionário(s), potências disponíveis de 33kVA (trinta e três quilo-Volt- Ampère), 50kVA (cinquenta quilo-Volt-Ampère), 80kVA(oitenta quilo-Volt-Ampère), 100kVA(cem quilo-Volt-Ampère), 150kVA (cento e cinquenta quilo-Volt-Ampère), 300kVA(trezentos quilo-Volt-Ampère), 500kVA(quinhetos quilo-Volt-Ampère) e 750kVA(setecentos e cinquenta quilo-Volt-Ampère), para atender aos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), às Unidades Regionais de Saúde (URS) e aos órgãos administrativos vinculados à Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Maranhão (SES/MA).

1.1.Quantitativo:

Códigos	SIGA	CATMAT
Gerador 33 kVA	0060022	8113
Gerador 50 kVA	0031533	8113
Gerador 80 kVA	0031535	8113
Gerador 100 kVA	0031530	8113
Gerador 150 kVA	0031531	8113
Gerador 250 kVA	0058670	8113
Gerador 300 kVA	0014872	8113
Gerador 500 kVA	0014871/0033503	8113
Gerador 750 kVA	0031534	8113

1.2.Fornecimento de grupo(s) gerador(es) estacionário(s)

FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
01	<p style="text-align: center;">GERADOR DE 33kVA</p> <p>Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 33kVA (trinta e três kilo-Volt- Ampère), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:</p> <p style="text-align: center;">MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, 4 cilindros em linha. Sistema de Governo: mecânico. Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento. Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável. Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.</p>	UNIDADE	30



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

	<p>Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.</p> <p>Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p> <p style="text-align: center;">ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão.</p> <p>Potência Contínua: 33kVA – trinta e três kilo-Volt-Ampère (mínimo).</p> <p>Potência prime: 33kVA – trinta e três kilo-Volt-Ampère (mínimo).</p> <p>Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.</p> <p>Ligação: estrela com neutro acessível.</p> <p>Nº de polos/RPM: 4/1800.</p> <p>Grau de proteção: IP21 (mínimo).</p> <p>Classe de Isolamento: H.</p> <p>Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.</p> <p>Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.</p> <p>Fator de potência: 0,8.</p> <p style="text-align: center;">CARENAGEM INSONORIZADA</p> <p>- Pegas para empilhadeira;</p> <p>Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;</p> <p>Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente);</p> <p>Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, cor cinza claro, RAL 7035 e chassi preto fosco, RAL-9005;</p> <p>- Portas laterais removíveis;</p> <p>Dobradiças fundidas em polietileno;</p> <p>01 - Bocal de abastecimento externo direto no tanque ou com chave;</p> <p>Fechadura de alta resistência;</p> <p>Botão de emergência externo;</p> <p>Visor transparente, para monitoramento do controle;</p> <p>Painel de comando montado na parte traseira do Grupo Gerador;</p> <p>- Silencioso e segmento elástico internos à carenagem;</p> <p>- Bacia para contenção de líquidos e fluidos.</p> <p>- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).</p> <p style="text-align: center;">BASE METÁLICA</p> <p>- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.</p> <p style="text-align: center;">PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPAS):</p> <p>Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampas), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD).</p> <p>Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).</p> <p style="text-align: center;">QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:</p> <p>- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.</p> <p style="text-align: center;">ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:</p> <p>Tanque de combustível, capacidade: 60 (sessenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;</p> <p>- Bateria selada, com cabos e terminais de ligação;</p> <p>Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;</p>	
--	---	--



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

	- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE; - Bacia de contenção de líquidos e fluidos; - Conjunto de documentação técnica em mídia digital.		
FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
02	<p>GERADOR DE 50kVA</p> <p>Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 50kVA (cinquenta kilo-Volt- Ampère), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:</p> <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, 4 cilindros em linha. Sistema de Governo: mecânico. Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento. Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável. Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria. Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação. Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p> <p>ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão. Potência Contínua: 50kVA – cinquenta kilo-Volt-Ampère (mínimo). Potência prime: 50kVA – cinquenta kilo-Volt-Ampère (mínimo). Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz. Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800. Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H. Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga. Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo. Fator de potência: 0,8.</p> <p>CARENAGEM INSONORIZADA</p> <p>- Pegas para empilhadeira; Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior; Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente); Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, cor cinza claro, RAL 7035 e chassi preto fosco, RAL-9005; - Portas laterais removíveis; Dobradiças fundidas em polietileno; - Bocal de abastecimento externo direto no tanque ou com chave; Fechadura de alta resistência; Botão de emergência externo; Visor transparente, para monitoramento do controle; Painel de comando montado na parte traseira do Grupo Gerador; Silencioso e segmento elástico internos à carenagem; - Bacia para contenção de líquidos e fluidos. - Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).</p> <p>BASE METÁLICA</p> <p>- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.</p> <p>PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):</p> <p>- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede),</p>	UNIDADE	11



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

	<p>corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD).</p> <p>Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).</p> <p>QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:</p> <p>- Composto por 02 (dois) contatores tripolares. Montado internamente na carenagem.</p> <p>ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:</p> <p>Tanque de combustível, capacidade: 60 (sessenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;</p> <p>Bateria selada, com cabos e terminais de ligação;</p> <p>Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;</p> <p>Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;</p> <p>- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;</p> <p>- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.</p>		
FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
03	<p>GERADOR DE 80kVA</p> <p>Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 80kVA (oitenta kilo-Volt-Ampère), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:</p> <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 4 cilindros em linha.</p> <p>Sistema de Governo: mecânico.</p> <p>Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.</p> <p>Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.</p> <p>Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.</p> <p>Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.</p> <p>Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p> <p>ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão.</p> <p>Potência Contínua: 80kVA – oitenta kilo-Volt-Ampère (mínimo).</p> <p>Potência prime: 80kVA – oitenta kilo-Volt-Ampère (mínimo).</p> <p>Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.</p> <p>Ligação: estrela com neutro acessível.</p> <p>Nº de polos/RPM: 4/1800.</p> <p>Grau de proteção: IP21 (mínimo).</p> <p>Classe de Isolamento: H.</p> <p>Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.</p> <p>Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.</p> <p>Fator de potência: 0,8.</p> <p>CARENAGEM INSONORIZADA</p> <p>- Pegas para empilhadeira;</p> <p>Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;</p> <p>Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente);</p> <p>Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade;</p> <p>- Amplas portas de acesso;</p> <p>- Dobradiças em aço inox;</p> <p>Bocal de abastecimento externo com chave;</p> <p>Fechadura de alta resistência;</p> <p>Botão de emergência externo;</p> <p>- Visor transparente, para monitoramento do controle;</p> <p>- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).</p> <p>BASE METÁLICA</p>	UNIDADE	07



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

	<p>- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.</p> <p>PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):</p> <p>- Pannel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos.</p> <p>Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).</p> <p>QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:</p> <p>- Composto por 02 (dois) contatores tripolares. Montado internamente na carenagem.</p> <p>ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:</p> <ul style="list-style-type: none">- Tanque de combustível, capacidade: 200 (duzentos) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;- Bateria selada, com cabos e terminais de ligação;- Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.		
FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
04	<p>GERADOR DE 100kVA</p> <p>Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 100kVA (cem kilo-Volt-Ampère), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Pannel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa) , conforme as seguintes características abaixo:</p> <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 4 cilindros em linha. Sistema de Governo: mecânico.</p> <p>Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.</p> <p>Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.</p> <p>Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.</p> <p>Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.</p> <p>Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p> <p>ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão.</p> <p>Potência Contínua: 100kVA – cem kilo-Volt-Ampère (mínimo).</p> <p>Potência prime: 100kVA – cem kilo-Volt-Ampère (mínimo) .</p> <p>Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.</p> <p>Ligação: estrela com neutro acessível.</p> <p>Nº de polos/RPM: 4/1800.</p> <p>Grau de proteção: IP21 (mínimo).</p> <p>Classe de Isolamento: H.</p> <p>Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.</p> <p>Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.</p> <p>Fator de potência: 0,8.</p>	UNIDADE	08



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

	<p>CARENAGEM INSONORIZADA</p> <ul style="list-style-type: none">- Pegas para empilhadeira;Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente);- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade;- Amplas portas de acesso;- Dobradiças em aço inox;Bocal de abastecimento externo com chave;Fechadura de alta resistência;Botão de emergência externo;- Visor transparente, para monitoramento do controle;- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo). <p>BASE METÁLICA</p> <ul style="list-style-type: none">- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração. <p>PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):</p> <ul style="list-style-type: none">- Painele de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos.Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário). <p>QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:</p> <ul style="list-style-type: none">- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem. <p>ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:</p> <ul style="list-style-type: none">- Tanque de combustível, capacidade: 200 (duzentos) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;- Bateria selada, com cabos e terminais de ligação;- Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.		
FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
	<p>GERADOR DE 150kVA</p> <ul style="list-style-type: none">- Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 150kVA (cento e cinquenta kilo- Volt-Ampère), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painele de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo: <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 6 cilindros em linha.</p> <p>Sistema de Governo: mecânico.</p> <p>Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.</p> <p>Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.</p> <p>Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.</p> <p>Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.</p> <p>Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p>		
05		UNIDADE	03



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

	<p style="text-align: center;">ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão. Potência Contínua: 150kVA – cento e cinquenta kilo-Volt- Ampère (mínimo). Potência prime: 150kVA – cento e cinquenta kilo-Volt- Ampère (mínimo). Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz. Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800. Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H. Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga. Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.</p> <p style="text-align: center;">CARENAGEM INSONORIZADA</p> <p>- Pegas para empilhadeira; Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior; Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente); - Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade; - Amplas portas de acesso; - Dobradiças em aço inox; Bocal de abastecimento externo com chave; Fechadura de alta resistência; Botão de emergência externo; - Visor transparente, para monitoramento do controle; - Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).</p> <p style="text-align: center;">BASE METÁLICA</p> <p>- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.</p> <p style="text-align: center;">PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):</p> <p>- Pannel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase- neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAR) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto- circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria.</p> <p style="text-align: center;">QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:</p> <p>- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.</p> <p style="text-align: center;">ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:</p> <p>Tanque de combustível, capacidade: 450 (quatrocentos e cinquenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno; - Bateria selada, com cabos e terminais de ligação; - Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão; - Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE; - Bacia de contenção de líquidos e fluidos; - Conjunto de documentação técnica em mídia digital.</p>		
FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
	GERADOR DE 250KVA		
06	Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 250kVA (duzentos e cinquenta kilo- Volt-Ampère), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V,	UNIDADE	04



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:

MOTOR DIESEL

Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 6 cilindros em linha.
Sistema de Governo: eletrônico.
Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.
Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.
Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.
Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.
Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.

ALTERNADOR

Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão.
Potência Contínua: 250kVA – duzentos e cinquenta kilo-Volt- Ampère (mínimo).
Potência prime: 250kVA – duzentos e cinquenta kilo-Volt- Ampère (mínimo).
Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.
Ligação: estrela com neutro acessível.
Nº de polos/RPM: 4/1800.
Grau de proteção: IP21 (mínimo).
Classe de Isolamento: H.
Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.
Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.

CARENAGEM INSONORIZADA

- Pegas para empilhadeira;
- Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;
- Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente);
- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade;
- Amplas portas de acesso;
- Dobradiças em aço inox;
- Bocal de abastecimento externo com chave;
- Fechadura de alta resistência;
- Botão de emergência externo;
- Visor transparente, para monitoramento do controle;
- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).

BASE METÁLICA

- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.

PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):

- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos.
- Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevoltagem, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).

QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:

- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

	ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO: Tanque de combustível, capacidade: 450 (quatrocentos e cinquenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno; - Bateria selada, com cabos e terminais de ligação; - Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão; - Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE; - Bacia de contenção de líquidos e fluidos; - Conjunto de documentação técnica em mídia digital.		
FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
07	<p>GERADOR DE 300kVA</p> <p>- Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 300kVA (trezentos kilo-Volt- Ampère), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:</p> <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 5 ou 6 cilindros em linha. Sistema de Governo: eletrônico.</p> <p>Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.</p> <p>Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.</p> <p>Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.</p> <p>Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.</p> <p>Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p> <p>ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão.</p> <p>Potência Contínua: 300kVA – trezentos kilo-Volt-Ampère (mínimo).</p> <p>Potência prime: 300kVA – trezentos kilo-Volt-Ampère (mínimo).</p> <p>Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.</p> <p>Ligação: estrela com neutro acessível.</p> <p>Nº de polos/RPM: 4/1800.</p> <p>Grau de proteção: IP23 (mínimo).</p> <p>Classe de Isolamento: H.</p> <p>Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.</p> <p>Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.</p> <p>CARENAGEM INSONORIZADA</p> <p>- Pegas para empilhadeira;</p> <p>Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;</p> <p>Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente), com laudo;</p> <p>- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade, e aplicação ao tempo;</p> <p>- Amplas portas de acesso;</p> <p>- Dobradiças em aço inox;</p> <p>Bocal de abastecimento externo com chave;</p> <p>Fechadura de alta resistência;</p> <p>Botão de emergência externo;</p> <p>- Visor transparente, para monitoramento do controle;</p> <p>- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).</p> <p>BASE METÁLICA</p> <p>- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.</p> <p>PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):</p> <p>- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de</p>		16



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

	<p>partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos.</p> <p>Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria.</p> <p>QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:</p> <p>- Composto por 02 (dois) contatores tripolares. Montado internamente na carenagem.</p> <p>ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:</p> <p>Tanque de combustível, capacidade: 740 (setecentos e quarenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno; 02 (duas) baterias seladas, com cabos e terminais de ligação; Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão; Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE; - Bacia de contenção de líquidos e fluidos; - Conjunto de documentação técnica em mídia digital.</p>		
FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
08	<p>GERADOR DE 500kVA</p> <p>Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 500kVA (quinhentos kilo-Volt- Ampère), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:</p> <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 5 ou 6 cilindros em linha. Sistema de Governo: eletrônico. Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento. Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável. Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria. Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação. Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p> <p>ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão. Potência Contínua: 500kVA – quinhentos kilo-Volt-Ampère (mínimo). Potência prime: 400kVA – quatrocentos kilo-Volt-Ampère (mínimo). Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz. Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800. Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H. Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga. Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.</p> <p>CARENAGEM INSONORIZADA</p> <p>- Pegas para empilhadeira; Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior; Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente), com laudo; - Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade, e aplicação ao tempo; - Amplas portas de acesso; Dobradiças em aço inox; Bocal de abastecimento externo com chave; Fechadura de alta resistência; Botão de emergência externo; - Visor transparente, para monitoramento do controle; - Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).</p>	UNIDADE	15



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

	<p>BASE METÁLICA</p> <p>- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.</p> <p>PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):</p> <p>- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos.</p> <p>Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria.</p> <p>QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:</p> <p>- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.</p> <p>ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:</p> <p>Tanque de combustível, capacidade: 740 (setecentos e quarenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;</p> <p>02 (duas) baterias seladas, com cabos e terminais de ligação;</p> <p>Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;</p> <p>Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;</p> <p>- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;</p> <p>- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.</p>		
FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
09	<p>GERADOR DE 750kVA</p> <p>Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 682kVA (seiscentos e oitenta e dois kilo-Volt-Ampère), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:</p> <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 6 cilindros em linha. Potência 870CV Rotação 1800rpm Sistema de Governo: eletrônico.</p> <p>Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.</p> <p>Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.</p> <p>Sistema Elétrico: 24Vcc dotado de alternador para carga da bateria.</p> <p>Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.</p> <p>Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p> <p>ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão.</p> <p>Potência Contínua: 682kVA – seiscentos e oitenta e dois kilo- Volt-Ampère (mínimo).</p> <p>Potência prime: 750kVA – seiscentos kilo-Volt-Ampère (mínimo).</p> <p>Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.</p> <p>Ligação: estrela com neutro acessível.</p> <p>Nº de polos/RPM: 4/1800.</p> <p>Grau de proteção: IP21 (mínimo).</p> <p>Classe de Isolamento: H.</p> <p>Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.</p> <p>Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.</p>	UNIDADE	04



	<p>CARENAGEM INSONORIZADA</p> <ul style="list-style-type: none">- Pegas para empilhadeira; <p>Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;</p> <p>Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente), com laudo;</p> <p>07 - Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade, e aplicação ao tempo;</p> <ul style="list-style-type: none">- Amplas portas de acesso;- Fechadura de alta resistência;- Botão de emergência externo; <p>Visor transparente, para monitoramento do controle;</p> <ul style="list-style-type: none">- Pintura cor cinza RAL-7035 (para uso ao tempo). <p>BASE METÁLICA</p> <ul style="list-style-type: none">- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração. <p>PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):</p> <ul style="list-style-type: none">- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 5 (cinco) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência. Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário). <p>QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:</p> <ul style="list-style-type: none">- Composto por chave motorizada de 1250A. Montado em painel autoportante, separada do Grupo Gerador. <p>ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:</p> <p>Tanque de combustível, capacidade: 740 (setecentos e quarenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador;</p> <p>02 (duas) baterias seladas, com cabos e terminais de ligação;</p> <p>Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;</p> <p>Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;</p> <ul style="list-style-type: none">- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.		
--	--	--	--

Vigência do Contrato: o prazo de vigência do presente contrato será de 01 (um) ano, sendo passível de prorrogação, mediante justificativa.

2. JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Estado da Saúde (SES/MA) tem como objetivo manter suas unidades em condições adequadas de funcionamento, de forma a proporcionar um atendimento de qualidade à população e um ambiente de trabalho saudável e seguro para seus pacientes/servidores públicos. Nesse contexto, o fornecimento de grupos moto-geradores (GMG's) é fundamental para garantir o pleno funcionamento e a preservação do patrimônio da SES.

Os sistemas de grupos moto-geradores devem ser utilizados em locais onde haja expressiva aglomeração de pessoas, ou em locais que por motivos de segurança, econômicos e/ou administrativos, não podem sofrer com interrupções de alimentação de energia elétrica, como em unidades de saúde e Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS).



Dentre os EAS, há também as agências transfusionais e os núcleos de hemoterapia da rede HEMOMAR, que desempenham um papel fundamental na saúde pública do Estado do Maranhão, garantindo o fornecimento de sangue e hemocomponentes para diversas unidades de saúde. Esses serviços são essenciais para a realização de procedimentos médicos de urgência, cirurgias e atendimentos a pacientes com doenças hematológicas. A manutenção e funcionamento adequado dessas unidades são indispensáveis para a segurança e eficiência do sistema de saúde.

Assim, os sistemas de grupos moto-geradores (GMG) são de suma importância para substituição da fonte de energia da Concessionária de energia local em uma eventual interrupção no fornecimento de energia. Essa ação garante a segurança dos usuários, pacientes e servidores (assistência médica, manutenção e administração), como também o funcionamento normal e ininterrupto das atividades desenvolvidas nas unidades de saúde.

Ressalta-se ainda que o parque de GMG's do Estado do Maranhão estão defasados e a manutenção dessas máquinas atualmente vem apresentando dificuldade na aquisição de peças originais de fábrica. Além disso, em alguns casos, há componentes que possuem custo elevado, inviabilizando o conserto por parte das empresas de manutenção contratadas pelo Estado.

Nesse sentido, torna-se essencial o fornecimento de grupo moto-geradores (GMG), com entrega técnica e instalação dos mesmos, inclusive com o fornecimento de manuais de operação e dos manuais de serviço, atendendo à *Resolução RDC nº 50 de 21.02.2002, da ANVISA, ABNT – NBR ISO 8528:2014 (todas as partes), ABNT NBR 13534:2008* e demais normas, a fim de manter a continuidade do fornecimento de energia elétrica de emergência nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), Unidades Regionais de Saúde (URS) e órgãos administrativos vinculados à Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Maranhão (SES/MA).

Essa medida proporcionará a consolidação do gerenciamento dos serviços de manutenção dos bens patrimoniais necessários ao adequado funcionamento daquelas unidades consumidoras (U.C.), uma vez que esse tipo de manutenção é necessário ao seu funcionamento normal, dentro de padrões técnicos de qualidade e normas de segurança, visando alcançar a economicidade, eficiência e eficácia na gestão de recursos orçamentários, financeiros e materiais.

Assim, com base no interesse público protegido e os eventuais prejuízos decorrentes da interrupção dos serviços nas unidades da Rede Estadual de Saúde desta SES/MA, torna-se imprescindível uma nova contratação, submetido às determinações do Decreto 38.565/2023 e outros correlatos, através de processo licitatório.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Especificações Técnicas do Objeto:

As especificações técnicas de um objeto para aquisição de grupo(s) gerador(es) estacionário(s), potências disponíveis de 33kVA (trinta e três quilo-Volt-Ampére), 50kVA (cinquenta quilo-Volt-Ampére), 80kVA(oitenta quilo- Volt-Ampére), 100kVA(cem quilo-Volt-Ampére), 150kVA(cento e cinquenta quilo-Volt-Ampére), 300kVA(trezentos quilo-Volt-Ampére), 500kVA(quinhetos quilo-Volt-Ampére) e 750kVA(setecentos e cinquenta quilo-Volt-Ampére) envolvem uma série de características e requisitos importantes, que variam de acordo com a potência disponibilizada pela máquina. A seguir, apresento um resumo dessas especificações com base nas diferentes potências em kVA:

3.1.1. Gerador 33kVA

Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 33kVA (trinta e três kilo-Volt-Ampére), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de



Transferência em Rampa) , conforme as seguintes características abaixo:

MOTOR DIESEL

Tipo: Estacionário, injeção direta, 4 cilindros em linha. Sistema de Governo: mecânico.

Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.

Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.

Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.

Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.

Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.

ALTERNADOR

Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas).

Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão. Potência

Contínua: 33kVA – trinta e três kilo-Volt-Ampére (mínimo) .

Potência prime: 33kVA – trinta e três kilo-Volt-Ampére (mínimo) .

Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.

Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800.

Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H.

Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.

Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo. Fator de potência: 0,8.

CARENAGEM INSONORIZADA

- Pegas para empilhadeira;
- Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;
- Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente);
- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, cor cinza claro, RAL 7035 e chassi preto fosco, RAL-9005;
- Portas laterais removíveis;
- Dobradiças fundidas em polietileno;
- Bocal de abastecimento externo direto no tanque ou com chave;
- Fechadura de alta resistência;
- Botão de emergência externo;
- Visor transparente, para monitoramento do controle;
- Painel de comando montado na parte traseira do Grupo Gerador;
- Silencioso e segmento elástico internos à carenagem;
- Bacia para contenção de líquidos e fluidos.
- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).

BASE METÁLICA

- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.

PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE



TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):

- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).

QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:

- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.

ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:

- Tanque de combustível, capacidade: 60 (sessenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;
- Bateria selada, com cabos e terminais de ligação;
- Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;
- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;
- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;
- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.

3.1.2. Gerador de 50kVA

Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 50kVA (cinquenta kilo-Volt-Ampére), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa) , conforme as seguintes características abaixo:

MOTOR DIESEL

Tipo: Estacionário, injeção direta, 4 cilindros em linha. Sistema de Governo: mecânico.

Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.

Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.

Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.

Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.

Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.



ALTERNADOR

Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas).

Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão. Potência Contínua: 50kVA – cinquenta kilo-Volt-Ampére (mínimo) .

Potência prime: 50kVA – cinquenta kilo-Volt-Ampére (mínimo) .

Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.

Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800.

Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H.

Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.

Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo. Fator de potência: 0,8.

CARENAGEM INSONORIZADA

- Pegas para empilhadeira;
- Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;
- Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente);
- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, cor cinza claro, RAL 7035 e chassi preto fosco, RAL-9005;
- Portas laterais removíveis;
- Dobradiças fundidas em polietileno;
- Bocal de abastecimento externo direto no tanque ou com chave;
- Fechadura de alta resistência;
- Botão de emergência externo;
- Visor transparente, para monitoramento do controle;
- Pannel de comando montado na parte traseira do Grupo Gerador;
- Silencioso e segmento elástico internos à carenagem;
- Bacia para contenção de líquidos e fluidos.
- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).

BASE METÁLICA

- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.

PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):

- Pannel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade,



sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto- circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).

QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:

- Composto por 02 (dois) contatores tripolares. Montado internamente na carenagem.

ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:

- Tanque de combustível, capacidade: 60 (sessenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;
- Bateria selada, com cabos e terminais de ligação;
- Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;
- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;
- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;
- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.

3.1.3. Gerador 80kVA

Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 80kVA (oitenta kilo- Volt-Ampére), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa) , conforme as seguintes características abaixo:

MOTOR DIESEL

Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 4 cilindros em linha. Sistema de Governo: mecânico.

Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.

Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.

Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.

Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.

Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.

ALTERNADOR

Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas).

Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão. Potência Contínua: 80kVA – oitenta kilo-Volt-Ampére (mínimo) .

Potência prime: 80kVA – oitenta kilo-Volt-Ampére (mínimo) .

Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.

Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800.

Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H.

Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.

Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo. Fator de potência: 0,8.

CARENAGEM INSONORIZADA



- Pegas para empilhadeira;
- Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;
- Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente);
- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade;
- Amplas portas de acesso;
- Dobradiças em aço inox;
- Bocal de abastecimento externo com chave;
- Fechadura de alta resistência;
- Botão de emergência externo;
- Visor transparente, para monitoramento do controle;
- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).

BASE METÁLICA

- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.

PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):

- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).

QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:

- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.

ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:

- Tanque de combustível, capacidade: 200 (duzentos) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;
- Bateria selada, com cabos e terminais de ligação;
- Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;
- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;
- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;
- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.



3.1.4. Gerador 100kVA

Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 100kVA (cem kilo-Volt- Ampère), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa) , conforme as seguintes características abaixo:

MOTOR DIESEL

Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 4 cilindros em linha. Sistema de Governo: mecânico.

Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.

Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.

Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.

Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.

Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.

ALTERNADOR

Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas).

Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão. Potência Contínua: 100kVA – cem kilo-Volt-Ampère (mínimo) .

Potência prime: 100kVA – cem kilo-Volt-Ampère (mínimo) .

Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.

Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800.

Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H.

Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.

Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo. Fator de potência: 0,8.

CARENAGEM INSONORIZADA

- Pegas para empilhadeira;
- Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;
- Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente);
- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade;
- Amplas portas de acesso;
- Dobradiças em aço inox;
- Bocal de abastecimento externo com chave;
- Fechadura de alta resistência;
- Botão de emergência externo;
- Visor transparente, para monitoramento do controle;
- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).

BASE METÁLICA



- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.

PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):

- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).

QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:

- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.

ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:

- Tanque de combustível, capacidade: 200 (duzentos) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;
- Bateria selada, com cabos e terminais de ligação;
- Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;
- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;
- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;
- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.

3.1.5. Gerador 150kVA

Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 150kVA (cento e cinquenta kilo-Volt-Ampère), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:

MOTOR DIESEL

Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 6 cilindros em linha. Sistema de Governo: mecânico.

Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.



Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.

Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.

Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.

Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.

ALTERNADOR

Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas).

Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão. Potência Contínua: 150kVA – cento e cinquenta kilo-Volt-Ampére (mínimo) . Potência prime: 150kVA – cento e cinquenta kilo-Volt-Ampére (mínimo) .

Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.

Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800.

Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H.

Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.

Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.

CARENAGEM INSONORIZADA

- Pegas para empilhadeira;
- Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;
- Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente);
- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade;
- Amplas portas de acesso;
- Dobradiças em aço inox;
- Bocal de abastecimento externo com chave;
- Fechadura de alta resistência;
- Botão de emergência externo;
- Visor transparente, para monitoramento do controle;
- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).

BASE METÁLICA

- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.

PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):

Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos. Indicação



no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria.

QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:

- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.

ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:

- Tanque de combustível, capacidade: 450 (quatrocentos e cinquenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;
 - Bateria selada, com cabos e terminais de ligação;
 - Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;
 - Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;
 - Bacia de contenção de líquidos e fluidos;
- Conjunto de documentação técnica em mídia digital;

3.1.6. Gerador 250kVA

Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 250kVA (duzentos e cinquenta kilo-Volt-Ampére), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa) , conforme as seguintes características abaixo:

MOTOR DIESEL

Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 6 cilindros em linha. Sistema de Governo: eletrônico.

Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.

Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.

Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.

Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.

Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.

ALTERNADOR

Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas).

Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão. Potência Contínua: 250kVA – duzentos e cinquenta kilo-Volt-Ampére (mínimo) . Potência prime: 250kVA – duzentos e cinquenta kilo-Volt-Ampére (mínimo) .

Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.

Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800.

Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H.

Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.



Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.

CARENAGEM INSONORIZADA

- Pegas para empilhadeira;
 - Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;
 - Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente);
 - Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade;
 - Amplas portas de acesso;
 - Dobradiças em aço inox;
 - Bocal de abastecimento externo com chave;
- Fechadura de alta resistência;
- Botão de emergência externo;
 - Visor transparente, para monitoramento do controle;
 - Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).

BASE METÁLICA

- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.

PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):

- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).

QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:

- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.

ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:

- Tanque de combustível, capacidade: 450 (quatrocentos e cinquenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;
- Bateria selada, com cabos e terminais de ligação;



- Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;
- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;
- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;
- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.

3.1.7. Gerador 300kVA

Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 300kVA (trezentos kilo-Volt-Ampére), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa) , conforme as seguintes características abaixo:

MOTOR DIESEL

Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 5 ou 6 cilindros em linha. Sistema de Governo: eletrônico.

Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.

Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.

Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.

Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.

Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.

ALTERNADOR

Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas).

Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão. Potência Contínua: 300kVA – trezentos kilo-Volt-Ampére (mínimo) .

Potência prime: 300kVA – trezentos kilo-Volt-Ampére (mínimo) .

Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.

Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800.

Grau de proteção: IP23 (mínimo). Classe de Isolamento: H.

Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.

Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.

CARENAGEM INSONORIZADA

- Pegas para empilhadeira;
- Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;
- Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente), com laudo;
- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade, e aplicação ao tempo;
- Amplas portas de acesso;
- Dobradiças em aço inox;
- Bocal de abastecimento externo com chave;
- Fechadura de alta resistência;
- Botão de emergência externo;



- Visor transparente, para monitoramento do controle;
- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).

BASE METÁLICA

- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.

PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):

- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria.

QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:

- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.

ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:

- Tanque de combustível, capacidade: 740 (setecentos e quarenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;
- 02 (duas) baterias seladas, com cabos e terminais de ligação;
- Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;
- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;
- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;
- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.

3.1.8. Gerador 500kVA

Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 500kVA (quinhentos kilo-Volt-Ampére), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa) , conforme as seguintes características abaixo:

MOTOR DIESEL

Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 5 ou 6 cilindros em linha. Sistema de Governo: eletrônico.

Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.



Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.

Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.

Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.

Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.

ALTERNADOR

Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas).

Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão. Potência Contínua: 500kVA – quinhentos kilo-Volt-Ampére (mínimo) .

Potência prime: 400kVA – quatrocentos kilo-Volt-Ampére (mínimo) .

Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.

Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800.

Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H.

Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.

Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.

CARENAGEM INSONORIZADA

- Pegas para empilhadeira;
- Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;
- Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente), com laudo;
- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade, e aplicação ao tempo;
- Amplas portas de acesso;
- Dobradiças em aço inox;
- Bocal de abastecimento externo com chave;
- Fechadura de alta resistência;
- Botão de emergência externo;
- Visor transparente, para monitoramento do controle;
- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).

BASE METÁLICA

- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.

PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):

- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de



funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria.

QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:

- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.

ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:

- Tanque de combustível, capacidade: 740 (setecentos e quarenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;
- 02 (duas) baterias seladas, com cabos e terminais de ligação;
- Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;
- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;
- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;
- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.

3.1.9. Gerador 750kVA

GERADOR DE 750kVA

Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 682kVA (seiscentos e oitenta e dois kilo-Volt-Ampére), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa) , conforme as seguintes características abaixo:

MOTOR DIESEL

Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 6 cilindros em linha. Potência 870CV
Rotação 1800rpm

Sistema de Governo: eletrônico.

Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.

Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.

Sistema Elétrico: 24Vcc dotado de alternador para carga da bateria.

Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.

Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.

ALTERNADOR

Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas).

Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão. Potência Contínua: 682kVA – seiscentos e oitenta e dois kilo-Volt-Ampére (mínimo) . Potência prime: 750kVA –



seiscentos kilo-Volt-Ampère (mínimo) .

Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.

Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800.

Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H.

Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.

Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.

CARENAGEM INSONORIZADA

- Pegas para empilhadeira;
- Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;
- Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente), com laudo;
- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade, e aplicação ao tempo;
- Amplas portas de acesso;
- Fechadura de alta resistência;
- Botão de emergência externo;
- Visor transparente, para monitoramento do controle;
- Pintura cor cinza RAL-7035 (para uso ao tempo).

BASE METÁLICA

- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.

PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):

- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 5 (cinco) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência. Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).

QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:

- Composto por chave motorizada de 1250A. Montado em painel autoportante, separada do Grupo Gerador.



ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:

- Tanque de combustível, capacidade: 740 (setecentos e quarenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador;
- 02 (duas) baterias seladas, com cabos e terminais de ligação;
- Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;
- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;
- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;
- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.

Esses são os principais modelos e suas especificações mais comuns, considerando as potências disponíveis e a aplicação tanto para ambientes comerciais e industriais. As tecnologias e funções podem variar conforme o fabricante e o tipo de máquina adquiridas.

Sendo assim, deverá as proponentes atenderem as especificações constantes no ITEM 1.2 deste instrumento.

3.1. Logística reversa ou responsabilidade por Danos ambientais:

3.1.1. A CONTRATADA se responsabiliza pelo cumprimento das leis e regulamentos pertinentes à proteção do meio ambiente, inclusive pela obtenção e manutenção válida de todas as licenças, autorizações e estudos exigidos para o pleno desenvolvimento de suas atividades, devendo adotar, ainda, as medidas e procedimentos cabíveis, a fim de afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente que possa ser causado pelas atividades que desenvolve, ainda que contratadas ou delegadas à terceiros.

3.1.2. São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA e seus representantes, independentemente de culpa, as sanções impostas pelas normas ambientais e por todos e quaisquer danos causados ao meio ambiente decorrente do exercício de suas atividades ou sinistros de qualquer natureza, especialmente em razão de defeitos, armazenamento ineficaz, utilização, conservação, manuseio ou disposição final inadequados dos bens, embalagens, produtos e equipamentos de sua propriedade ou quem estejam sob sua posse em razão de empréstimo, locação ou outra forma negocial, ainda que transferidas a terceiros estranhos a este CONTRATO.

3.1.3. A CONTRATADA se obriga a manter a CONTRATANTE a salvo de todos e quaisquer ônus, riscos, prejuízos ou despesas decorrentes de eventuais danos ambientais, ou autuações/sanções decorrentes do descumprimento das leis e normas que regulamentam o meio ambiente, seja perante órgãos ou entes de direito público, seja perante particulares ou entidades de natureza privada, reparando direta ou regressivamente todos os danos, prejuízos e/ou despesas causadas e, eventualmente, imputadas, direta ou indiretamente, à VIBRA.

3.1.4. A responsabilidade da CONTRATADA pelos danos ambientais causados ou originados durante a vigência do CONTRATO e eventuais prorrogações, permanecem ainda que seus efeitos sejam conhecidos ou ocorram após o encerramento do CONTRATO.

3.1.5. Equipe e Treinamento: Não há necessidade de treinamento da equipe.

3.1.6. Vigência do Contrato: o prazo de vigência será de 01 (um) ano, sendo possível sua prorrogação por igual período.

3.1.7. O fornecimento do objeto deverá ser iniciado após o recebimento da ordem de fornecimento.

3.1.8. O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano, a contar data de assinatura do contrato, observando o disposto nos artigos 105 e 106, da Lei nº 14.133/2021.

3.1.9. O prazo de entrega dos equipamentos será de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

3.1.10. O gerenciamento do certame, caberá à Secretaria de Estado da Saúde – SES/MA, por meio da Comissão Setorial Permanente de Licitação – CSL/SES, a teor do disposto no Decreto



Estadual nº 36.184/2020.

3.1.11. A empresa vencedora, após homologação do procedimento licitatório, será convocada pelo Setor competente para assinatura do contrato mediante condições estabelecidas previamente.

3.1.12. Na hipótese de a empresa vencedora não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, a remanescente terá igual prazo e condições de suas propostas, podendo ser negociada ainda a obtenção de melhor preço, sem prejuízo da aplicação das sanções prevista em lei.

3.1.13. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Garantia da execução

3.2.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério desta Secretaria.

3.2.2. Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Secretaria fica autorizada a promover a retenção dos pagamentos, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor mensal devido, para fins de atingir o valor total da garantia.

3.2.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 1% (um por cento).

3.2.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.5. Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:

- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) As multas moratórias e compensatórias aplicadas à Contratada.

3.2.6. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em conta específica com correção monetária, em favor da Secretaria de Estado da Saúde – SES.

3.2.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

3.2.8. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, e ainda por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

3.2.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

3.2.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

3.2.11. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

3.2.12. Após execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à



Contratante.

3.2.13. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim só segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamentos dessas verbas trabalhistas diretamente pela administração.

3.2.14. Em caso de encerramento da vigência do contrato, ou rescisão contratual, a Secretaria reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

3.2.15. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

3.2.16. A Secretaria de Estado da Saúde – SES não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

- a) Caso fortuito ou força maior;
- b) Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da administração;
- d) Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da administração.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Qualificação Técnica:

4.1.1. Poderá participar da presente licitação pessoa jurídica que seja do ramo de atividade compatível com o objeto especificado neste Termo de Referência, em características, quantidades e prazos, e, que atenda a todas as exigências contidas neste instrumento, no edital da licitação e seus anexos, além daquelas previstas em legislação especial.

4.1.2. Objetivando garantir que a Licitante seja empresa idônea e qualificada para a execução do objeto em questão, deverá ser apresentada a seguinte documentação, para fins de demonstração da qualificação técnica:

- a) Pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou o fornecimento, objeto desta licitação, com características semelhantes, compatíveis, ou superiores, em conformidade com as normas e resoluções citadas na referência normativa deste Termo;
- b) O(s) atestado(s) deverão ser impressos em papel timbrado constando o CNPJ e endereço completo, devendo ser assinada por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função. Os atestados deverão referir-se aos fornecimentos prestados pela licitante no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

4.2. Proposta:

4.2.1. No julgamento das propostas é recomendável adotar o critério do MENOR PREÇO POR ITEM, conforme art. 34, da Lei nº. 14.133/2021, observadas as especificações definidas neste Termo de Referência.

4.2.2. A proposta de preços deverá conter a discriminação detalhada do fornecimento, as quantidades solicitadas, os valores unitários e totais, em moeda nacional, prazo de validade não inferior a 120 (cento e vinte) dias e prazo de entrega dos materiais, garantia, bem dados bancários.

4.2.3. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem preço para licitação.

4.2.4. Não se admitirá proposta que apresente preço igual a valor zero, simbólico, irrisório, inexecuível.

4.2.5. Caso a Licitante apresente propostas com valores considerados inexecuíveis, caberá ao pregoeiro solicitar justificativa de tais valores para avaliação da capacidade de realização de serviço, através de documentação que comprove que os custos são coerentes com o mercado.

4.2.6. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação,



verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do proponente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

4.2.7. Apresentar catálogo ou material ilustrativo legível em português, somente relativos ao (s) item (s) ofertado (s) com descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação ou ficha técnica do produto, sob pena de desclassificação da proposta;

4.2.8. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado, bem como a comprovação da autenticidade do documento proposto.

4.3. Critérios para a contratação:

Além das demais exigências previstas neste Termo de referência e na legislação aplicável, é condição para a contratação a ausência de negativação junto ao CEI, bem como se a empresa estiver no Estado do Maranhão, deverá apresentar Certidão Negativa de Débitos da CAEMA.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Local e forma de Entrega/Prestação:

O local de entrega será no Almoxarifado desta Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Maranhão (SES/MA), na Rua Estrada da Vitória, nº 2409 – Bairro Fé em Deus – São Luís/MA. CEP: 65.037-270, de Segunda à Sexta das 8:00hs às 12:00hs e das 14:00hs às 18:00hs. O fornecimento do objeto será executado mediante solicitação da unidade/setor.

5.2. Condições de Entrega e recebimento do Bem/Serviço:

5.2.1. A entrega do(s) equipamento(s), quando contratado(s), poderão ser realizados parceladamente conforme as necessidades da Secretaria Adjunta de Administração e Engenharia – SAAE/SES/MA no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento da Ordem de Fornecimento pela(s) Contratada(s).

5.2.2. Todos os materiais deverão atender rigorosamente às especificações solicitadas no Edital e seus anexos, de modo que a entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa por parte do Fiscal/Gestor lotado no Setor de Gerência de Engenharia desta SES/MA, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição.

5.2.3. Os materiais entregues e recebidos ficam sujeitos à reparação ou à substituição pelo fornecedor, se for comprovada a existência de defeito, cuja verificação só se tenha tornado possível no decorrer de sua utilização.

5.2.4. Não serão aceitos o objeto que apresente sinais de falhas/anomalias estruturais, elétricas, eletromecânicas, hidráulicas e eletrônicas.

5.2.5. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da Contratada.

5.2.6. Todos os fatos anormais verificados no decorrer do objeto contratado deverão ser registrados em relatório próprio, e neste deverão ser anotados todas as ocorrências/anomalias e as providências tomadas pela Contratada, devendo ser entregue uma cópia ao Fiscal/Gestor lotado na Gerência de Engenharia desta SES/MA.

5.2.7. Deverão ser entregues produtos de fabricação recente, com todas as características e qualidades descritas nas especificações do objeto.

5.2.8. Caberá à Contratante rejeitar, no total ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações ou com falhas de funcionamento.

5.2.9. Caso ocorra a inobservância de qualquer condição determinada neste termo de referência, a Contratada ficará passível da aplicação das penalidades previstas no Item “SANÇÕES”, deste termo de referência.

5.2.10. Será designado servidor que atuará na verificação do ato da entrega.

5.2.11. O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender às especificações técnicas do fabricante, acondicionadas em embalagens de fábrica, compatíveis e lacradas pelo próprio fabricante;

5.2.12. O (s) fornecedor (es) ficará (ão) obrigado (s) a substituir no prazo de até 10 (dez) dias,



após o recebimento de notificação expedida por esta Secretaria, independente da aplicação das penalidades cabíveis, sem quaisquer ônus para esta Secretaria, o(s) produto(s) que venha(m) a ser recusado(s). O(s) produto(s) substituído(s) deve(ão) ser(em) submetido(s) a uma nova entrega técnica.

5.2.13. razos de entrega: O prazo de entrega dos equipamentos será de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.2.14. O objeto será recebido: A simples entrega do(s) produto(s) objeto(s) da autorização/solicitação não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação de conformidade pela Gerência de Engenharia da SES/MA, logo serão recebidos:

5.2.15. Provisoriamente:

5.2.16. Pelo responsável, através de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal/Fatura/Outro Documento Formal (contendo descrição do objeto fornecido pela empresa) devidamente datado e assinado, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Edital/Proposta.

5.2.16.1. Após o recebimento provisório do objeto, que implica em inspeção visual e/ou testes para comprovar sua perfeita qualidade (se for o caso), de acordo com as especificações do edital, bem como o que foi proposto pela empresa e, caso seja verificada qualquer irregularidade, deverão ser substituídos por conta e ônus da Contratada. Somente após o cumprimento dessa determinação pela Contratada, será o objeto dado como recebido definitivamente e aceito;

5.2.17. Definitivamente:

5.2.17.1. Pelo responsável pelo respectivo recebimento, depois de verificada a qualidade, quantidade e compatibilidade com o objeto contratado e sua consequente aceitação mediante carimbo e assinaturas (atesto e visto) apostos no verso da Nota Fiscal/Fatura/Outro Documento Formal, que se dará até 10 dias do recebimento provisório.

5.2.17.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil nem ético-profissional da Contratada pela perfeita qualidade dos fornecimentos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização, dentro dos limites estabelecidos por Lei.

5.3. Garantia do produto;

O prazo de garantia dos aparelhos de geradores estacionários deverá ser de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato.

5.4. Prazo para substituição/correção em caso de divergência ou defeito:

A Contratada deverá sanar, corrigir, eventuais falhas ou erros verificados na execução do fornecimento do objeto, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da solicitação para substituição em caso de erro, sob pena de incorrer nas sanções administrativas previstas, nos prazos estabelecidos no Termo de Referência, inclusive substituindo materiais fornecidos que eventualmente não atenderem as especificações técnicas exigidas.

5.5. Obrigações da Contratante:

Além das responsabilidades previstas na legislação em vigor, constituem obrigações e responsabilidades da contratante o que segue:

5.5.1. Designar um Gestor/ Fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento.

5.5.2. Efetuar o pagamento de acordo com as condições estabelecidas no contrato, no valor e prazos ajustados.

5.5.3. Gerenciar o presente contrato, acompanhar, fiscalizar, conferir, atestar o fornecimento e avaliar as obrigações da licitante, bem como o preço e a descrição do(s) objeto(s) contratado(s), conforme as condições ajustadas no termo de referência, edital da licitação e no contrato, através de servidor designado pela autoridade competente indicado pela SES/MA.

5.5.4. Publicar o resumo do Contrato e os Aditamentos que houver, no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOE- MA, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, contanto que isto ocorra dentro de 20 (vinte) dias a contar da referida assinatura.

5.5.5. Convocar/Notificar a Contratada via e-mail ou telefone, para sanar possíveis irregularidades ocorridas na execução do presente contrato.



5.5.6. Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos.

5.5.7. Não permitir que “outrem” cumpra as obrigações a que se sujeitou a Contratada.

5.5.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

5.5.9. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para o recebimento ou substituição do produto(s) ou peça(s).

5.5.10. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) em desacordo com as exigências deste Termo de Referência.

5.5.11. Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada, que prejudique, de qualquer forma, a fiscalização, ou ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das suas funções que lhe foram atribuídas.

5.5.12. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.5.13. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.5.14. Notificar a Contratada, por escrito, sobre as imperfeições, falhas, defeitos, mau funcionamento e demais irregularidades constatadas na execução dos procedimentos previstos no presente Termo de Referência, a fim de serem tomadas as providências cabíveis para correção do que for notificado, fixando prazo para a sua correção.

5.5.15. Permitir a entrada dos funcionários da Contratada, desde que devidamente identificados, garantindo o pleno acesso às instalações das unidades, bem como fornecendo todos os meios necessários à execução dos serviços.

5.5.16. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

5.5.17. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da Contratada.

5.6. Obrigações da Contratada:

Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, além do estabelecido na legislação em vigor e no instrumento contratual o seguinte:

5.6.1. Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, edital da licitação e contrato, de acordo com a proposta apresentada.

5.6.2. Realizar a entrega dos equipamentos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados neste Termo de Referência, Edital e na proposta apresentada, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de validade;

5.6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.6.4. Responsabilizar-se solidariamente com os fornecedores (fabricante, produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que os torne irrecuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam;

5.6.5. Responsabilizar-se por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo no fornecimento do objeto, inclusive por acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, quando do transporte e da entrega do objeto.

5.6.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o equipamento com avarias ou defeitos, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no neste instrumento;

5.6.7. Informar, por escrito, até a data da assinatura do contrato, o nome do Banco, Agência



e o número da conta bancária para efeito de adimplemento das obrigações, bem como o nome e contato do preposto designado a representar a empresa, e, os meios adequados de comunicação (telefone fixo, celular e e-mail);

5.6.8. Comunicar ao Gestor/Fiscal da SES/MA, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.6.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a SES/MA;

5.6.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no instrumento contratual;

5.6.11. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.6.12. Executar as intervenções técnicas por meio de técnicos especializados, instruídos e controlados pela empresa CONTRATADA e as grandes intervenções na presença do respectivo responsável técnico;

5.6.13. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante a realização dos serviços correlatos do objeto;

5.6.14. Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de sua mão de obra das normas disciplinares e de segurança determinadas pela CONTRATANTE, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI que garantam a proteção da pele, mucosas, via respiratória e digestiva do trabalhador;

5.6.15. Responder por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;

5.6.16. Designar, por escrito, no ato do recebimento da autorização de serviços, preposto(s) quem tenha(m) poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato;

5.6.17. Possuir e fornecer todo o ferramental e a aparelhagem necessários à boa execução dos serviços, bem como manter limpos e desimpedidos os locais de trabalho e/ou equipamentos de sua propriedade, obedecendo aos critérios estabelecidos pela CONTRATANTE;

5.6.18. Responsabilizar-se por todos os encargos resultantes da execução do contrato;

5.6.19. Não será permitida, em hipótese alguma, a subcontratação, ou seja, a transferência das obrigações da Contratada a terceiros.

5.6.20. Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) que antecedem o prazo de vencimento da execução do serviço, o(s) motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto.

5.6.21. Disponibilizar os seguintes documentos em língua portuguesa, em formato físico e também digital:

5.6.21.1. Manual de serviço;

5.6.21.2. Manuais técnicos de operação (manual do operador, manual de manutenção do motor e alternador, manual da unidade de controle - USCA);

5.6.21.3. Catálogo de peças;

5.6.21.4. Diagramas unifilares e multipolares (formato pdf e dwg, além de físico);

5.6.21.5. Esquema de ligação do Painel de Transferência (QTA);

5.6.21.6. Diagrama de malha de controle (formato pdf e dwg, além de físico);

5.6.21.7. Protocolo de Comissionamento (Start-up);

5.6.21.8. Última versão do programa de acionamento carregado no módulo controlador, contendo todos os ajustes já parametrizados, incluindo tutorial, com os arquivos organizados em pasta, conforme número de série do gerador, salvos em um pen drive ou HD, para ser carregado no controlador eletrônico do gerador em eventual manutenção corretiva.

5.6.21.9. O fornecedor deverá entregar, junto aos manuais físicos, um dispositivo de



armazenamento digital (Pendrive/HD) contendo o backup integral da parametrização do controlador, software de configuração, firmware e manuais de operação em formato PDF, devidamente identificados pelo número de série do equipamento. Caso seja exigida senha de acesso (password) aos parâmetros para o carregamento dos arquivos, deve ser fornecida e constar no tutorial salvo no pendrive ou HD.

5.6.21.10. Relatório de Ensaio em Fábrica;

5.6.21.11. Certificados de calibração.

5.7. Possibilidade de rescisão por descumprimento do contrato:

5.7.1. A rescisão de contrato de fornecimento de equipamentos geradores estacionários pode ocorrer por descumprimento de obrigações contratuais (como atrasos, qualidade inadequada ou falhas na logística reversa), inadimplência financeira, riscos à segurança e ao meio ambiente, interrupção injustificada do fornecimento, ou reincidência em irregularidades.

5.7.2. O procedimento inclui notificação prévia, análise da gravidade, direito ao contraditório, decisão fundamentada e formalização do termo de rescisão.

5.7.3. Penalidades podem ser aplicadas, como multas ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

5.8. Reajuste do valor contratado:

5.8.1. O reajuste deve observar o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, contados:

- a) Da data do orçamento estimado pela administração;
- b) Do último reajuste efetuado;
- c) Mês do reajuste;
- d) Seguindo a fórmula:

$$R = (I - I_0) / I_0$$

Onde, I = mês da solicitação do reajuste I₀ = mês da proposta/último reajuste

R = Reajuste procurado

5.8.2. No contrato deverá constar como índice de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, uma vez que o governo federal usa o IPCA como o índice oficial de inflação do Brasil. Portanto, ele serve de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

5.9. Reequilíbrio do Contrato:

5.9.1. O reequilíbrio econômico-financeiro é uma revisão contratual que visa restabelecer o equilíbrio inicial do contrato, quando este é afetado por fatos supervenientes e imprevisíveis.

5.9.2. Sendo assim, a Lei 14.133/2021 estabelece sobre o reequilíbrio contratual os seguintes itens:

- a) A obrigatoriedade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro durante toda a execução do contrato.
- b) Permissão de revisão do contrato em razão de eventos imprevisíveis, ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, que onerem excessivamente uma das partes.
- c) Define o equilíbrio econômico-financeiro como a relação entre encargos assumidos pelo contratado e a contrapartida oferecida pela Administração.

5.9.3. O reequilíbrio econômico-financeiro deve ser solicitado pela contratada quando ocorrerem Fatores Externos (eventos como crises econômicas, inflação extraordinária ou pandemias podem justificar o reequilíbrio), Alterações Tributárias (mudanças na tributação que impactem diretamente o custo do fornecimento que podem ensejar revisão) e/ou Demandas Excepcionais (aumento abrupto na demanda, como ocorrido durante a pandemia de COVID-19, podendo alterar significativamente os custos operacionais).

5.9.4. A CONTRATADA deverá formalizar o pedido o reequilíbrio, apresentando justificativa detalhada e documentação comprobatória. Em seguida a Administração Pública realizará uma análise técnica para verificar a pertinência do pedido. A solução poderá ser negociada entre as partes, podendo envolver ajustes no valor ou alterações nas condições contratuais, sendo formalizada por meio de aditivo contratual, respeitando os limites da lei.



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Regras Gerais

6.1.1. A gestão e fiscalização do contrato será exercida, no que couber, pelas regras gerais estabelecidas no Capítulo VI (Da execução dos Contratos) da Lei nº 14.133/2021 e em observância ao Decreto 38.134/2023;

6.1.2. Para cumprir as atividades de gestão e fiscalização do contrato, o contratante designará, por portaria específica, servidores para executar as respectivas funções;

6.1.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

6.1.4. A fiscalização do contrato será acompanhada por setor competente, indicado pela SES/MA.

6.2. Caberá ao gestor do contrato, em especial:

6.2.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;

6.2.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato acerca das ocorrências relacionadas à execução do contrato e às medidas adotadas, e informar à autoridade superior as que ultrapassarem a sua competência;

6.2.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, no relatório de riscos eventuais;

6.2.4. Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.2.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

6.2.6. Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d”, do inciso VI, do §3º do artigo 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

6.2.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

6.2.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

6.2.9. Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

6.2.10. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

6.3. Caberá ao fiscal do contrato, em especial:

6.3.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

6.3.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.3.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;



6.3.4. Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.3.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

6.3.6. Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

6.3.7. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

6.3.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato;

6.3.9. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

6.3.10. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;

6.3.11. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

6.3.12. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.3.13. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, comunicar ao gestor para providências;

6.3.14. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.3.15. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato;

6.3.16. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

6.3.17. Cabe à credenciada atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a SES/MA, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da contratada.

6.4. Considerações:

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato, devendo sempre ser observada a Lei 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Instrumentos de Medição de Resultado:

7.1.1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, é definido como um mecanismo que possibilita avaliar objetivamente os níveis mínimos de qualidade e quantidade da prestação dos serviços, além de estabelecer o redimensionamento do pagamento caso o serviço seja prestado com desempenho inferior ao pactuado, sob a égide da IN nº 05/2017, conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:



TABELA 01	
Grau	Correspondência
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

TABELA 02		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada;	01
10	Utilizar material de qualidade inferior às especificações exigidas neste Termo;	03

7.2. Condições de Pagamento:

7.2.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em moeda corrente nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, conferência e aceite definitivo do produto entregue, por meio de ordem bancária, e de acordo com as condições constantes da proposta de preços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato e



de acordo com as demais exigências administrativas em vigor;

7.2.2. A empresa deverá protocolar as solicitações de pagamento contendo todas as notas fiscais de locação do mês competente, acompanhadas das respectivas ordens de serviço das manutenções preventiva/corretivas, constando o atesto legível, indicando a função, a matrícula e/ou ID/CPF/RG do funcionário da unidade hospitalar responsável pelo acompanhamento, bem como os relatórios de execução dos serviços;

7.2.3. As ordens de serviços contendo todas as informações referentes às manutenções e/ou fornecimentos devem ser entregues as vias originais;

7.2.4. A Nota Fiscal/Fatura será protocolizada na SES-MA, até o décimo quinto dia útil subsequente ao mês da entrega dos produtos e aceite definitivo, mediante ofício, encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde, devendo ainda conter todas as informações necessárias para dela se dar quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes;

7.2.5. A solicitação de pagamento deverá vir acompanhada, ainda, da cópia da nota de empenho, cópia do contrato (e termos aditivos, quando houverem), certidões de regularidade junto às Fazendas Federal (Certidão Conjunta), Estadual e Municipal (CND e Dívida Ativa), regularidade junto ao FGTS e à Justiça do Trabalho, devidamente atualizadas, assim como comprovar quaisquer alterações havidas em seu contrato social, de acordo com a legislação vigente;

7.2.6. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e demais documentação necessária ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponder os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à Contratada, qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade;

7.2.7. A Contratada lançará na Nota Fiscal/Fatura as especificações do(s) produto(s) entregue(s) de modo idêntico àsquelas constantes do objeto do Contrato e da Nota de Empenho.

7.3. Atraso no Pagamento:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times \\ VP \div \frac{(6/100)}{365}$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1.1. Critérios de Avaliação:

8.1.2. O objeto a ser adquirido enquadra-se no conceito de bem comum, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser por meio licitatório.

8.1.3. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da contratada, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

8.1.4. Será adotado o modo de disputa ABERTO e FECHADO.

8.1.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um) centavo**.

8.1.6. Habilitação Jurídica:



8.1.6.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.1.6.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.1.6.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.1.6.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.1.6.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.1.6.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.1.6.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.7. Habilitação econômico financeira:

8.1.7.1. Certidão negativa de falência ou concordata (Recuperação Judicial ou Extrajudicial) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não anterior a 90 (noventa) dias, sendo também aceito o prazo de validade expresso na própria certidão;

8.1.7.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis e regulamentos na data de realização deste Pregão e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.1.7.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.1.7.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.1.7.5. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} LG &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ SG &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ LC &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

8.1.7.6. Índice de Liquidez Geral: O índice de liquidez geral (LG) serve para demonstrar o quanto a empresa detém “disponível”, seja em bens e recebíveis, no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período. Ou seja, esse é um dos índices contábeis em licitação para verificar o qual liquidável são suas obrigações.

8.1.7.7. Índice de Liquidez Corrente: O índice de Liquidez Corrente (LC) é utilizado para verificar quanto a empresa possui em recursos disponíveis, seja de bens e/ou recebíveis a curto prazo, para arcar com o total de suas dívidas, também de curto prazo.

8.1.7.8. Índice de Solvência Geral: O índice solvência geral serve para demonstrar quanta garantia a empresa detém em ativos totais, para pagamento do total de suas dívidas. Ou seja, sua



capacidade de quitação de todas as pendências.

8.1.7.9. Em qualquer dos três índices contábeis em licitação tratados, normalmente, o resultado maior que 1 é considerado bom. Ou seja, o suficiente para demonstrar a qualificação financeira da empresa, por meio do equilíbrio econômico da mesma.

8.1.7.10. Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a empresa deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

8.1.7.11. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do ITEM pertinente.

8.1.7.12. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial ou;
- b) Publicados em jornal de grande circulação ou;
- c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou;
- d) Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.
- e) Impresso pelo SPED CONTÁBIL acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.
- f) A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real ou Presumido deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos da IN RFB vigente.

8.1.8. Habilitação técnica:

8.1.8.1. Poderá participar da presente licitação pessoa jurídica que seja do ramo de atividade compatível com o objeto especificado neste Termo de Referência, em características, quantidades e prazos, e, que atenda a todas as exigências contidas neste instrumento, no edital da licitação e seus anexos, além daquelas previstas em legislação especial.

8.1.8.2. Objetivando garantir que a Licitante seja empresa idônea e qualificada para a execução do objeto em questão, deverá ser apresentada a seguinte documentação, para fins de demonstração da qualificação técnica:

- a) Pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou o fornecimento, objeto desta licitação, com características semelhantes, compatíveis, ou superiores, em conformidade com as normas e resoluções citadas na referência normativa deste Termo;
- b) O(s) atestado(s) deverão ser impressos em papel timbrado constando o CNPJ e endereço completo, devendo ser assinada por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

8.1.8.3. Os atestados deverão referir-se aos fornecimentos prestados pela licitante no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.1.9. Habilitação Fiscal:

- a) SICAF ou documentos equivalentes;
- b) Certidão CNJ;
- c) Certidão Portal Transparência;
- d) Balanço Patrimonial;
- e) Certidão negativa de feitos sobre falência;
- f) Certificado de Regularidade de Situação - CRS junto ao FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos com SEFAZ;
- h) Certidão Negativa de Dívida Ativa - SEFAZ;
- i) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;



- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- k) Certidão Negativa de Débitos da Prefeitura;
- l) Certidão Negativa da Dívida Ativa da Prefeitura;
- m) Comprovante de Inscrição do Contribuinte;

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Valor estimado para a contratação: será preenchido depois da cotação, com base nos valores pesquisados, antes de feita a declaração de adequação orçamentária;

A Gerência de Engenharia solicitou prévia pesquisa mercadológica para averiguação dos atuais preços ofertados para presente aquisição, por meio do Processo 2025.100222.08745, com intuito de buscar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

9.2. Metodologia para estimativa do valor: O valor mais adequado será lançado os autos pelo Núcleo de Pesquisa de Preços – NCLPP/SES, tendo como base o disposto no artigo 23 da Lei 14.133/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Natureza da Despesa: 44.90.52

10.2. Programa: 0411

10.3. Ação: 4457

10.4. Subação: 01600

10.5. Fonte: 1500

11. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Compete à contratada o fornecimento do objeto, sistemas independentes entre si, de acordo com os padrões e normas técnicas nacionais e internacionais e recomendações do Ministério da Saúde, bem como as normas vigentes pertinentes, sempre quando aplicáveis às exigências, especialmente as enunciadas a seguir:

a) ANVISA RDC nº. 50: – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde – Ministério da Saúde/ANVISA, 21/02/2002, quando aplicáveis;

a) Resolução RDC nº 307: – Altera a Resolução - RDC nº 50 de 21/02/2002. – ANVISA, 14/11/2002, quando aplicáveis;

b) NR 32 -Segurança e Saúde no trabalho em serviços de saúde –MTE, 2005, quando aplicáveis;

c) Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego, estabelecidas pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e publicadas pela Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978, quando aplicáveis.

d) NR 20 - Segurança e Saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis;

e) Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego, estabelecidas pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e publicadas pela Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978, quando aplicáveis.

f) ABNT NBR ISO 8528-1/2025: Grupos geradores de corrente alternada acionados por motores alternativos de combustão interna Parte 1: Aplicação, características e desempenho

g) ABNT NBR ISO 8528-2/2014: Grupos geradores de corrente alternada acionados por motores alternativos de combustão interna Parte 2: Motores.

h) ABNT NBR ISO 8528-3/2014: Grupos geradores de corrente alternada acionados por motores alternativos de combustão interna Parte 3: Geradores para Grupos Geradores.

i) ABNT NBR ISO 8528-4/2014: Grupos geradores de corrente alternada acionados por motores alternativos de combustão interna Parte 4: Equipamento de Controle e Comutação.

j) ABNT NBR ISO 8528-5/2014: Grupos geradores de corrente alternada acionados por motores alternativos de combustão interna Parte 5: Grupos Geradores.

k) ABNT NBR ISO 8528-6/2014: Grupos geradores de corrente alternada acionados por motores alternativos de combustão interna Parte 6: Métodos de Ensaio.



- l) ABNT NBR ISO 8528-7/2016: Grupos geradores de corrente alternada acionados por motores alternativos de combustão interna Parte 7: Declarações técnicas para especificação e projeto.
- m) ABNT NBR ISO 8528-8/2014: Grupos geradores de corrente alternada acionados por motores alternativos de combustão interna Parte 8: Requisitos e ensaios para grupos geradores de baixa potência.
- n) ABNT NBR ISO 8528-9/2025: Grupos geradores de corrente alternada acionados por motores alternativos de combustão interna Parte 9: Medição e avaliação de vibrações mecânicas.
- o) ABNT NBR ISO 8528-10/2014: Grupos geradores de corrente alternada acionados por motores alternativos de combustão interna Parte 10: Medição do ruído aéreo pelo método da superfície envolvente.
- p) ABNT NBR ISO 8528-2/2025: Grupos geradores de corrente alternada acionados por motores alternativos de combustão interna Parte 2: Motores.
- q) ABNT NBR ISO 8528-12/2014: Grupos geradores de corrente alternada acionados por motores alternativos de combustão interna Parte 14: Fonte de energia de emergência para serviços de segurança.

12. ENQUADRAMENTO LEGAL

12.1. O objeto deste Termo de Referência, embora requeira uma qualificação técnica específica para sua execução, é considerado comum porque suas especificações, padrão de desempenho e qualidade são definidos de forma usual no mercado, tendo como critério de escolha o preço ofertado somente, cabendo à adoção da modalidade PREGÃO, nos termos da Lei 14.133/2021.

12.2. A modalidade de licitação ora escolhida confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade.

12.3. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços, nos moldes do Decreto Estadual nº 38.136/2023, de acordo com a conveniência/demanda da SES/MA.

12.4. O presente certame rege-se pela Lei Federal nº 14.133/2021. Afasta-se a aplicação da Lei Estadual nº 10.403/2015, quanto à cota reservada, em razão da complexidade do objeto e dos valores de mercado envolvidos, incompatíveis com o limite de faturamento das empresas beneficiárias, sob pena de prejuízo ao conjunto do objeto contratado.

13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Ata de Registro de Preços:

13.1.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade se encontra nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por e-mail, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, ou realizar o cadastro da empresa no Sistema eletrônico utilizado na Secretaria para tramitação dos procedimentos da contratação.

13.1.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.1.4. Poderão ser formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.1.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.2. Vigência da Ata:



13.2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, sendo, ainda, nesse caso, prorrogado na mesma quantidade registrada, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.2.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência de 1 (um) ano e observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

13.2.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

13.2.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela SES/MA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.5. O instrumento contratual, de que trata o item 13.2.4, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

13.2.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.7. Após a homologação da licitação deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

13.2.7.1. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.2.7.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

13.2.7.3. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.2.7.4. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.2.7.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.3. Reajuste dos valores registrados:

Caberá reajustamento da presente Ata de Registro de Preços, a pedido da empresa, com base no IPCA acumulado dos últimos 12 meses, contados da publicação da ATA no PNCP.

13.4. Possibilidade de Adesão:

13.4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

13.4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

13.4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

13.4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

13.4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

13.4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13.4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não



participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

13.4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

13.5. Órgão Gerenciador da Ata:

O gerenciamento da ata, caberá à Secretaria Adjunta de Licitações e Compras Estratégicas – SALIC/SEAD.

13.6. Legislação aplicável:

13.6.1. Para o presente registro de preços, deverão ser observadas as normas constantes na Lei 14.133/2021, bem como o Decreto Estadual nº 38.136/2023.

13.6.2. O presente ARP obedecerá ao tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte e às microempresas de que tratam o art. 4º da Lei 14.133/21, a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pelas Leis Complementares 147/14 e 155/16, assim como a Lei Estadual 10.403/2015.

14. SANÇÕES

14.1.1. Infrações administrativas:

- a) Inexecutar parcialmente o contrato;
- b) Inexecutar parcialmente o contrato causando grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Inexecutar totalmente o contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o presente procedimento de contratação;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo da validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução do objeto sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa, ou prestar declaração falsa durante a contratação ou na execução do contrato;
- i) Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- k) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.2. Sanções:

- a) Advertência quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada em assinar o contrato, não receber a nota de empenho no prazo previsto e/ou deixar de entregar documentação exigida no ato de sua assinatura;
- c) multa moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega/execução, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea “b”, limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- e) multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação



assumida;

f) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto;

g) impedimento de licitar e contratar, com o Governo do Estado do Maranhão com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Estado pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos previstos nas alíneas “b” a “g” do item 14.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos previstos nas alíneas “h” a “l” do item 14.1 deste instrumento, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b” a “g” do item 14.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea “g” do item 14.2.

14.1.3. Detalhamento das Infrações e Penalidades:

a) Atraso na Execução do Contrato:

a.1) Leve: Atraso de até 5 dias. Penalidade: Multa de 0,5% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 2%.

a.2) Médio: Atraso de 6 a 15 dias. Penalidade: Multa de 2% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 5%.

a.3) Grave: Atraso superior a 15 dias. Penalidade: Multa de 5% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 10%.

b) Não Conformidade com as Especificações Técnicas

b.1) Leve: Pequenas inconformidades que não comprometem o uso do equipamento. Penalidade: Multa de 0,5% do valor do contrato.

b.2) Médio: Inconformidades que requerem ajustes ou reparos significativos. Penalidade: Multa de 2% a 5% do valor do contrato.

b.3) Grave: Inconformidades que inviabilizam o uso do equipamento. Penalidade: Multa de 5% do valor do contrato

b.4) Gravíssimo: Fornecimento de produtos totalmente diferentes dos especificados ou com defeitos graves. Penalidade: Multa de 10% do valor do contrato.

c) Descumprimento de Obrigações Contratuais

c.1) Leve: Falta de cumprimento de pequenas obrigações contratuais, como entrega de documentação. Penalidade: Multa de 0,5% do valor do contrato.

c.2) Médio: Falta de cumprimento de obrigações que causam transtornos administrativos. Penalidade: Multa de 2% do valor do contrato.

c.3) Grave: Descumprimento de obrigações essenciais, como garantia e suporte técnico. Penalidade: Multa de 5% do valor do contrato.

c.4) Gravíssimo: Descumprimento total do contrato. Penalidade: Multa de 10% do valor do contrato.

c.5) Impedimento de licitar e contratar com o Governo do Estado do Maranhão com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Estado, no prazo de até 03 (três) anos, nos termos (art. 156, §4º da Lei Federal nº14.133/2021).

c.6) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos (art. 155 e 156, da Lei Federal 14.133/2023).

15.1 A multa poderá ser aplicada concomitantemente com as sanções previstas no **sub-item 21.2** e letras "c5 e/ou c6" deste item.



15.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à empresa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

15.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.1.4. Responsabilização da Lei 12.846/2013:

a) Caberá à LICITANTE declarar que não praticará, direta ou indiretamente, quaisquer atos de corrupção, suborno, fraude, lavagem de dinheiro ou outras atividades ilegais relacionadas à contratação, bem como que cumprirá, integralmente, todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, a Lei 12.846/2013 e legislações similares, aplicáveis em outras jurisdições.

b) É dever das LICITANTES, ainda, adotar e manter políticas e procedimentos internos adequados para prevenir e detectar atividades ilícitas, incluindo controles internos eficazes, treinamentos regulares de funcionários e diligência na seleção e monitoramento de terceiros.

15. ANEXOS

Modelo de proposta de preços;

Jair Melo Sousa

ID 00885606-00



ANEXO I - MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa, com sede na cidade de (), (rua, avenida, etc), nº inscrita no CNPJ/MF sob o nº. (), com domicílio bancário no banco (), Agência nº (), Conta nº () neste ato representada por, abaixo assinado, interessada pela modalidade pregão para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de grupo(s) gerador(es) estacionário(s), potências disponíveis de 33kVA (trinta e três quilo-Volt-Ampère), 50kVA (cinquenta quilo-Volt-Ampère), 80kVA(oitenta quilo-Volt-Ampère), 100kVA(cem quilo-Volt-Ampère), 150kVA(cento e cinquenta quilo-Volt-Ampère), 300kVA(trezentos quilo-Volt-Ampère), 500kVA(quinhetos quilo-Volt-Ampère) e 750kVA(setecentos e cinquenta quilo-Volt-Ampère), atendendo aos padrões referenciais da ANVISA RDC nº. 50: – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde – Ministério da Saúde/ANVISA, 21/02/2002, quando aplicáveis, à Resolução RDC nº 307: – Altera a Resolução - RDC nº 50 de 21/02/2002. – ANVISA, 14/11/2002, quando aplicáveis, às Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego, estabelecidas pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e publicadas pela Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978, quando aplicáveis e à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), objeto do PREGÃO nº. /2026, propõe à Secretaria de Estado da Saúde - SES a prestação do serviço de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:

FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
01	<p>GERADOR DE 33kVA</p> <p>Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 33kVA (trinta e três kilo-Volt- Ampère), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:</p> <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, 4 cilindros em linha. Sistema de Governo: mecânico.</p> <p>Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.</p> <p>Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.</p> <p>Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.</p> <p>Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.</p>	UNIDADE	30



Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.

ALTERNADOR

Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão.

Potência Contínua: 33kVA – trinta e três kilo-Volt-Ampére (mínimo).

Potência prime: 33kVA – trinta e três kilo-Volt-Ampére (mínimo).

Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.

Ligação: estrela com neutro acessível.

Nº de polos/RPM: 4/1800.

Grau de proteção: IP21 (mínimo).

Classe de Isolamento: H.

Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.

Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.

Fator de potência: 0,8.

CARENAGEM INSONORIZADA

- Pegas para empilhadeira;

Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;

Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente);

Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, cor cinza claro, RAL 7035 e chassi preto fosco, RAL-9005;

- Portas laterais removíveis;

Dobradiças fundidas em polietileno;

- Bocal de abastecimento externo direto no tanque ou com chave;

Fechadura de alta resistência;

Botão de emergência externo;

Visor transparente, para monitoramento do controle;

Painel de comando montado na parte traseira do Grupo Gerador;

- Silencioso e segmento elástico internos à carenagem;

- Bacia para contenção de líquidos e fluidos.

- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).

BASE METÁLICA

- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas



para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.

PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):

Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).

QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:

- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.

ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:

Tanque de combustível, capacidade: 60 (sessenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;

- Bateria selada, com cabos e terminais de ligação; Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;

- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;

- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;

- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.



FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
02	<p>GERADOR DE 50kVA</p> <p>Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 50kVA (cinquenta kilo-Volt- Ampére), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painele de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:</p> <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, 4 cilindros em linha. Sistema de Governo: mecânico. Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento. Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável. Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria. Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação. Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p> <p>ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão. Potência Contínua: 50kVA – cinquenta kilo-Volt-Ampére (mínimo). Potência prime: 50kVA – cinquenta kilo-Volt-Ampére (mínimo). Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz. Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800. Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H. Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga. Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo. Fator de potência: 0,8.</p> <p>CARENAGEM INSONORIZADA</p>	UNIDADE	11



	<ul style="list-style-type: none">- Pegas para empilhadeira; Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior; Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente); Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, cor cinza claro, RAL 7035 e chassi preto fosco, RAL-9005;- Portas laterais removíveis; Dobradiças fundidas em polietileno;- Bocal de abastecimento externo direto no tanque ou com chave; Fechadura de alta resistência; Botão de emergência externo; Visor transparente, para monitoramento do controle; Painel de comando montado na parte traseira do Grupo Gerador; Silencioso e segmento elástico internos à carenagem;- Bacia para contenção de líquidos e fluidos.- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo). <p style="text-align: center;">BASE METÁLICA</p> <ul style="list-style-type: none">- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração. <p style="text-align: center;">PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):</p> <ul style="list-style-type: none">- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e		
--	--	--	--



	<p>aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD).</p> <p>Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto- circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).</p> <p>QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:</p> <p>- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.</p> <p>ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:</p> <p>Tanque de combustível, capacidade: 60 (sessenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;</p> <p>Bateria selada, com cabos e terminais de ligação; Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão; Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;</p> <p>- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;</p> <p>- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.</p>		
FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
03	<p>GERADOR DE 80kVA</p> <p>Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 80kVA (oitenta kilo-Volt-Ampére), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painele de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa) , conforme as seguintes características abaixo:</p> <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 4 cilindros em linha.</p> <p>Sistema de Governo: mecânico.</p> <p>Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.</p>	UNIDADE	07



Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.

Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.

Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.

Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.

ALTERNADOR

Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão.

Potência Contínua: 80kVA – oitenta kilo-Volt-Ampére (mínimo).

Potência prime: 80kVA – oitenta kilo-Volt-Ampére (mínimo) .

Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.

Ligação: estrela com neutro acessível.

Nº de polos/RPM: 4/1800.

Grau de proteção: IP21 (mínimo).

Classe de Isolamento: H.

Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.

Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.

Fator de potência: 0,8.

CARENAGEM INSONORIZADA

- Pegas para empilhadeira;

Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;

Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente);

Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade;

- Amplas portas de acesso;

- Dobradiças em aço inox;

Bocal de abastecimento externo com chave;

Fechadura de alta resistência;

Botão de emergência externo;

- Visor transparente, para monitoramento do controle;

- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).



	<p style="text-align: center;">BASE METÁLICA</p> <p>- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.</p> <p style="text-align: center;">PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):</p> <p>- Painele de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos.</p> <p>Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto- circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).</p> <p style="text-align: center;">QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:</p> <p>- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.</p> <p style="text-align: center;">ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:</p> <p>- Tanque de combustível, capacidade: 200 (duzentos) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;</p> <p>- Bateria selada, com cabos e terminais de ligação;</p>		
--	--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

	<ul style="list-style-type: none">- Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.		
FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
04	<p>GERADOR DE 100kVA</p> <p>Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 100kVA (cem kilo-Volt-Ampére), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa) , conforme as seguintes características abaixo:</p> <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 4 cilindros em linha.</p> <p>Sistema de Governo: mecânico.</p> <p>Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.</p> <p>Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.</p> <p>Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.</p> <p>Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.</p> <p>Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p> <p>ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão.</p> <p>Potência Contínua: 100kVA – cem kilo-Volt-Ampére (mínimo).</p> <p>Potência prime: 100kVA – cem kilo-Volt-Ampére (mínimo) .</p> <p>Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.</p>	UNIDADE	08



	<p>Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800. Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H. Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga. Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo. Fator de potência: 0,8.</p> <p>CARENAGEM INSONORIZADA</p> <ul style="list-style-type: none">- Pegas para empilhadeira; <p>Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;</p> <p>Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente);</p> <ul style="list-style-type: none">- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade;- Amplas portas de acesso;- Dobradiças em aço inox; <p>Bocal de abastecimento externo com chave; Fechadura de alta resistência; Botão de emergência externo;</p> <ul style="list-style-type: none">- Visor transparente, para monitoramento do controle;- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo). <p>BASE METÁLICA</p> <ul style="list-style-type: none">- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração. <p>PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):</p> <ul style="list-style-type: none">- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual,		
--	--	--	--



	<p>automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos.</p> <p>Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto- circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).</p> <p>QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:</p> <p>- Composto por 02 (dois) contatores tripolares. Montado internamente na carenagem.</p> <p>ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:</p> <ul style="list-style-type: none">- Tanque de combustível, capacidade: 200 (duzentos) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;- Bateria selada, com cabos e terminais de ligação;- Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.		
FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
05	<p>GERADOR DE 150kVA</p> <ul style="list-style-type: none">- Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 150kVA (cento e cinquenta kilo- Volt-Ampére), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:<p>MOTOR DIESEL</p><p>Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 6 cilindros em linha.</p>	UNIDADE	03



	<p>Sistema de Governo: mecânico.</p> <p>Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.</p> <p>Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.</p> <p>Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.</p> <p>Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.</p> <p>Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p> <p>ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão.</p> <p>Potência Contínua: 150kVA – cento e cinquenta kilo-Volt- Ampére (mínimo).</p> <p>Potência prime: 150kVA – cento e cinquenta kilo-Volt-Ampére (mínimo).</p> <p>Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.</p> <p>Ligação: estrela com neutro acessível.</p> <p>Nº de polos/RPM: 4/1800.</p> <p>Grau de proteção: IP21 (mínimo).</p> <p>Classe de Isolamento: H.</p> <p>Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.</p> <p>Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.</p> <p>CARENAGEM INSONORIZADA</p> <ul style="list-style-type: none">- Pegas para empilhadeira; <p>Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;</p> <p>Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente);</p> <ul style="list-style-type: none">- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade;- Amplas portas de acesso;- Dobradiças em aço inox; <p>Bocal de abastecimento externo com chave;</p> <p>Fechadura de alta resistência;</p> <p>Botão de emergência externo;</p>		
--	--	--	--



- Visor transparente, para monitoramento do controle;
- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).

BASE METÁLICA

- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.

PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):

- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase- neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto- circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria.

QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:

- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.

ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:

- Tanque de combustível, capacidade: 450 (quatrocentos e cinquenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;
- Bateria selada, com cabos e terminais de ligação;



	<ul style="list-style-type: none">- Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.		
FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
06	<p>GERADOR DE 250kVA</p> <p>Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 250kVA (duzentos e cinquenta kilo- Volt-Ampére), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:</p> <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 6 cilindros em linha.</p> <p>Sistema de Governo: eletrônico.</p> <p>Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.</p> <p>Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.</p> <p>Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.</p> <p>Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.</p> <p>Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p> <p>ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão.</p> <p>Potência Contínua: 250kVA – duzentos e cinquenta kilo-Volt- Ampére (mínimo).</p> <p>Potência prime: 250kVA – duzentos e cinquenta kilo-Volt- Ampére (mínimo).</p> <p>Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.</p> <p>Ligação: estrela com neutro acessível.</p>	UNIDADE	04



	<p>Nº de polos/RPM: 4/1800. Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H. Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga. Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.</p> <p>CARENAGEM INSONORIZADA</p> <p>- Pegas para empilhadeira; Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior; Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente); Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade; Amplas portas de acesso; Dobradiças em aço inox; - Bocal de abastecimento externo com chave; Fechadura de alta resistência; Botão de emergência externo; - Visor transparente, para monitoramento do controle; - Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).</p> <p>BASE METÁLICA</p> <p>- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.</p> <p>PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):</p> <p>- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de</p>	
--	--	--



	<p>carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos.</p> <p>Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto- circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).</p> <p>QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:</p> <p>- Composto por 02 (dois) contatores tripolares. Montado internamente na carenagem.</p> <p>ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:</p> <p>Tanque de combustível, capacidade: 450 (quatrocentos e cinquenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;</p> <ul style="list-style-type: none">- Bateria selada, com cabos e terminais de ligação;- Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;- Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.		
GRUPO 07 – FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
07	<p>GERADOR DE 300kVA</p> <p>- Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 300kVA (trezentos kilo-Volt- Ampére), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:</p> <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 5 ou 6 cilindros em linha.</p> <p>Sistema de Governo: eletrônico.</p>		16



<p>Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.</p> <p>Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.</p> <p>Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria.</p> <p>Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.</p> <p>Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p> <p>ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão.</p> <p>Potência Contínua: 300kVA – trezentos kilo-Volt-Ampére (mínimo).</p> <p>Potência prime: 300kVA – trezentos kilo-Volt-Ampére (mínimo).</p> <p>Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.</p> <p>Ligação: estrela com neutro acessível.</p> <p>Nº de polos/RPM: 4/1800.</p> <p>Grau de proteção: IP23 (mínimo).</p> <p>Classe de Isolamento: H.</p> <p>Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.</p> <p>Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.</p> <p>CARENAGEM INSONORIZADA</p> <ul style="list-style-type: none">- Pegas para empilhadeira; <p>Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;</p> <p>Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente), com laudo;</p> <ul style="list-style-type: none">- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade, e aplicação ao tempo;<ul style="list-style-type: none">- Amplas portas de acesso;- Dobradiças em aço inox; <p>Bocal de abastecimento externo com chave;</p> <p>Fechadura de alta resistência;</p> <p>Botão de emergência externo;</p> <ul style="list-style-type: none">- Visor transparente, para monitoramento do controle;		
--	--	--



- Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).

BASE METÁLICA

- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.

PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):

- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos.

Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria.

QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:

- Composto por 02 (dois) contadores tripolares. Montado internamente na carenagem.

ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:

Tanque de combustível, capacidade: 740 (setecentos e quarenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;



	02 (duas) baterias seladas, com cabos e terminais de ligação; Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão; Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE; - Bacia de contenção de líquidos e fluidos; - Conjunto de documentação técnica em mídia digital.		
FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
08	<p>GERADOR DE 500kVA</p> <p>Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 500kVA (quinhentos kilo-Volt- Ampère), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painele de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:</p> <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 5 ou 6 cilindros em linha. Sistema de Governo: eletrônico. Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento. Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável. Sistema Elétrico: 12Vcc dotado de alternador para carga da bateria. Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação. Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p> <p>ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão. Potência Contínua: 500kVA – quinhentos kilo-Volt-Ampère (mínimo). Potência prime: 400kVA – quatrocentos kilo-Volt-Ampère (mínimo). Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.</p>	UNIDADE	15



	<p>Ligação: estrela com neutro acessível. Nº de polos/RPM: 4/1800. Grau de proteção: IP21 (mínimo). Classe de Isolamento: H. Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga. Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.</p> <p>CARENAGEM INSONORIZADA</p> <p>- Pegas para empilhadeira; Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior; Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente), com laudo; - Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com tratamento para 500 horas em 98% de salinidade, e aplicação ao tempo; - Amplas portas de acesso; Dobradiças em aço inox; Bocal de abastecimento externo com chave; Fechadura de alta resistência; Botão de emergência externo; - Visor transparente, para monitoramento do controle; - Pintura vermelho segurança RAL-3020 (para uso ao tempo).</p> <p>BASE METÁLICA</p> <p>- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.</p> <p>PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):</p> <p>- Painele de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do</p>	
--	---	--



	<p>grupo gerador, transferência (manual e automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 10 (dez) últimos eventos.</p> <p>Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência e distorção harmônica (THD). Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria.</p> <p>QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:</p> <p>- Composto por 02 (dois) contatores tripolares. Montado internamente na carenagem.</p> <p>ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:</p> <p>Tanque de combustível, capacidade: 740 (setecentos e quarenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador, em polietileno;</p> <p>02 (duas) baterias seladas, com cabos e terminais de ligação;</p> <p>Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão;</p> <p>Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE;</p> <p>- Bacia de contenção de líquidos e fluidos;</p> <p>- Conjunto de documentação técnica em mídia digital.</p>		
FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL – SES/MA			
ITEM	DESCRIÇÃO (MÍNIMA)	UNID. DE MEDIDA	QTD. DE EQUIPAMENTOS
09	<p>GERADOR DE 750kVA</p> <p>Carenado e insonorizado (85dB a 1,5m de distância), potência contínua prime mínima de 682kVA (seiscentos e oitenta e dois kilo-Volt-Ampére), fator de potência 0,8, trifásico, 380/220V, 60Hz, 1800rpm, dotado de Painel de Comando Automático, microprocessado, digital, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), conforme as seguintes características abaixo:</p> <p>MOTOR DIESEL</p> <p>Tipo: Estacionário, injeção direta, turbo alimentado, 6 cilindros em linha. Potência 870CV Rotação 1800rpm</p>	UNIDADE	04



	<p>Sistema de Governo: eletrônico.</p> <p>Sistema de Arrefecimento: água, através de radiador tropical, com ventilador soprante, tanque de expansão, bomba centrífuga e Resistência de pré-aquecimento.</p> <p>Filtros: de ar, tipo seco, com elemento substituível; de lubrificação, em cartucho substituível e de combustível, tipo descartável.</p> <p>Sistema Elétrico: 24Vcc dotado de alternador para carga da bateria.</p> <p>Sistema de Proteção: termômetro e pressostato, provocando parada do motor nos casos de superaquecimento da água de arrefecimento e baixa pressão do óleo de lubrificação.</p> <p>Obs.: Motor já fornecido abastecido com óleo lubrificante do cárter e o aditivo do radiador.</p> <p>ALTERNADOR</p> <p>Tipo: alternador síncrono, trifásico, brushless (sem escovas). Excitação: excitatriz rotativa sem escovas com regulador eletrônico de tensão.</p> <p>Potência Contínua: 682kVA – seiscentos e oitenta e dois kilo- Volt-Ampére (mínimo).</p> <p>Potência prime: 750kVA – seiscentos kilo-Volt-Ampére (mínimo).</p> <p>Tensão: 380/220VCA. Frequência: 60 Hz.</p> <p>Ligação: estrela com neutro acessível.</p> <p>Nº de polos/RPM: 4/1800.</p> <p>Grau de proteção: IP21 (mínimo).</p> <p>Classe de Isolamento: H.</p> <p>Regulação: regulador de tensão eletrônico (A.V.R.), controlado por microprocessador, para mais/menos 2% em toda faixa de carga.</p> <p>Refrigeração: ventilador montado no próprio eixo.</p> <p>CARENAGEM INSONORIZADA</p> <p>- Pegas para empilhadeira;</p> <p>Insonorização à base de espuma de alta densidade (material não inflamável), espuma Fireflex T30 ou superior;</p> <p>Base totalmente estanque, para retenção de 110% dos líquidos (dreno independente), com laudo;</p> <p>- Pintura eletrostática, com acabamento liso brilhante, com</p> <p>07 tratamento para 500 horas em 98% de salinidade, e aplicação ao tempo;</p> <p>- Amplas portas de acesso;</p> <p>Fechadura de alta resistência;</p> <p>Botão de emergência externo;</p>		
--	--	--	--



Visor transparente, para monitoramento do controle;
- Pintura cor cinza RAL-7035 (para uso ao tempo).

BASE METÁLICA

- Construída em longarinas de chapa dobrada em “C”, com travessas fixadas por parafusos, dimensionadas para apoio do motor e gerador e pontos para colocação dos amortecedores de vibração.

PAINEL DE COMANDO E CONTROLE AUTOMÁTICO, SEM STR – (SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA EM RAMPA):

- Painel de comando e controle automático, sem STR – (Sistema de Transferência em Rampa), fabricado em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo através de desengraxamento, fosfatização, enxague, secagem em estufa e aplicação de pintura a pó com aderência por aquecimento em estufa, com acabamento final na cor cinza RAL 7035; dotado de módulo de comando microprocessado, digital, modelo com controle de partida/parada, medições e proteção do motor/alternador, possibilidade de comando manual, automático, teste e bloqueio de funcionamento do grupo gerador, transferência (automática) de carga entre rede e gerador, registro dos 5 (cinco) últimos eventos. Indicação no display das tensões fase-fase e fase-neutro (gerador e rede), corrente, frequência, potência ativa (kW), reativa (kVAr) e aparente (kVA), energia (kWh), fator de potência. Parada de emergência e proteção para baixa pressão do óleo lubrificante, alta temperatura da água, sub/sobrevelocidade, sub/sobretensão, sub/sobrefrequência, sobrecarga, curto-circuito, sequência de fase, dentre outras. Com carregador flutuador de bateria, disjuntor manual de proteção ABB e Timmer (Programador Horário).

QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA:

- Composto por chave motorizada de 1250A. Montado em painel autoportante, separada do Grupo Gerador.

ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA CONJUNTO:

Tanque de combustível, capacidade: 740 (setecentos e quarenta) litros (mínima), montado na base do grupo gerador;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

	02 (duas) baterias seladas, com cabos e terminais de ligação; Silencioso hospitalar e segmento elástico para o escapamento dos gases de combustão; Conjunto de amortecedores de vibração entre GMG/BASE; - Bacia de contenção de líquidos e fluidos; - Conjunto de documentação técnica em mídia digital.		
--	---	--	--

Declaramos, ainda, que:

- Estou plenamente ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência e seus anexos, bem com que no preço unitário ofertado estão inclusas as despesas diretas e indiretas, com fornecimento de todos os insumos, de conformidade com as condições estabelecidas.
- Que nos preços contidos na proposta estarão incluídas todas as despesas com material de consumo, frete, prêmio de seguro, taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, enfim, todos os componentes de custo dos serviços, inclusive lucro, necessários à perfeita execução do objeto, durante todo o período de vigência do contrato.
- Que o prazo de validade da proposta é de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data de abertura das propostas.

Local, de de 2026.

Representante Legal da Empresa



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que melhor atenderá à necessidade descrita abaixo.

O objetivo principal é identificar a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Objeto: Este documento visa auxiliar a Gerência de Engenharia/SES/MA no planejamento dos serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com cobertura integral de peças e insumos de/em grupo(s) gerador(es) estacionário(s), móveis (módulos tipo carreta) e no hospital móvel de campanha, dos equipamentos existentes ou que venham a ser adquiridos, pertencentes aos Órgãos Administrativos e Unidade Regionais de Saúde (URS), bem como os Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) Policlínica de Chapadinha/MA, Policlínica de Balsas/MA, Maternidade de Bacabal/MA, Hospital Regional Dr^a Laura Vasconcelos de Bacabal/MA, Hospital da Região Tocantina - HRT, em Imperatriz/MA e os seguintes Hospitais Macrorregionais (H.M.): H.M. Dr^a Ruth Noletto em Imperatriz/MA, H.M. Dr Tomás Martins de Santa Inês/MA, H.M. Dr Everaldo Ferreira Aragão de Caxias/MA, H.M. Dr Jackson Lago de Pinheiro/MA e H.M. Dr Alexandre Mamede Trovão de Coroatá/MA, vinculados à Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Maranhão (SES/MA), conforme as condições e quantidades estabelecidas no termo de referência.

1.1. Planejamento / Demanda específica: A presente contratação tem previsão no plano anual de contratações de 2025 e de 2026, e foi planejada de acordo com as constantes demandas da Secretaria, para manter o adequado funcionamento das unidades administrativas e regionais de saúde, uma vez que esse tipo de manutenção é necessária ao seu funcionamento normal, dentro de padrões técnicos de qualidade e normas de segurança, visando alcançar a economicidade, eficiência e eficácia na gestão de recursos orçamentários, financeiros e materiais.

1.2. Modalidade de contratação a ser adotada: Tendo em vista se tratar de serviço comum, poder-se-á adotar a modalidade pregão para a presente contratação, bem como, havendo ata de registro de preços disponível que atenda à necessidade e que se demonstre vantajosa, poder-se-á solicitar a adesão, conforme será definido no respectivo termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1.1. A necessidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de geradores é medida essencial para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas, Unidades Regionais de Saúde (URS) e Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), vinculados à Secretaria de Estado da Saúde. Esses equipamentos são vitais não apenas para o conforto térmico e operacional das unidades, mas também para assegurar condições adequadas de armazenamento de medicamentos, conservação de insumos hospitalares e funcionamento ininterrupto de equipamentos médicos críticos.



2.1.2. Os grupos geradores são essenciais para garantir que em uma eventual interrupção de energia elétrica convencional, por exemplo, que os equipamentos de climatização mantenham a estabilidade ambiental de áreas sensíveis, como centros cirúrgicos, UTIs, laboratórios e unidades de internação, onde variações de temperatura e umidade podem comprometer tanto a segurança dos pacientes quanto o desempenho dos profissionais de saúde, como também manter a cadeia de frio de vacinas, hemoderivados e medicamentos termolábeis. Os geradores também garantem o fornecimento contínuo de energia elétrica em situações de oscilação da rede, evitando riscos à vida e à integridade dos atendimentos.

2.1.3. A ausência de manutenção adequada pode acarretar falhas operacionais, paralisação de serviços e aumento de custos com substituições emergenciais, além de impactar negativamente a assistência prestada à população. A manutenção preventiva permite identificar e corrigir problemas antes que se agravem, prolongando a vida útil dos equipamentos e assegurando seu funcionamento dentro dos padrões técnicos exigidos pelas normativas sanitárias e hospitalares.

2.1.4. Portanto, a contratação dos serviços de manutenção justifica-se como medida de gestão estratégica, voltada à preservação do patrimônio público, à eficiência operacional e à garantia da segurança e da qualidade nos serviços de saúde. Trata-se de uma ação preventiva que evita riscos, minimiza custos futuros e assegura o pleno funcionamento das unidades sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão.

2.2. DO PLANEJAMENTO – Os objetos do presente estudo têm previsão no plano de contratações anual de 2025, sob os códigos 247389, 248866 e 248977. Importante destacar que, também estão previstas no Plano de Contratação Anual de 2026, não sendo possível no momento a indicação dos códigos.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. Analisando o mercado, a manutenção preventiva e corretiva do(s) objeto(s) é(são) de extrema importância para execução eficiente das atividades desenvolvidas pelas unidades vinculadas à SES/MA, mais especificamente, quanto aos órgãos administrativos, unidades regionais de saúde e o Hospital da Região Tocantina, em Imperatriz/MA, pois vão proporcionar um ambiente laboral e de atendimento adequado, em busca da eficiência do serviço público de assistência à saúde prestado pelo Estado do Maranhão.

3.2. Para garantir a ausência de queda de energia, conforto de climatização do ambientes e a refrigeração de insumos e medicamentos, é imprescindível a contratação do objeto deste estudo.

3.3. O mercado oferece a contratação preventiva e corretiva, a contratação com suporte corretivo/contrato de assistência técnica, a contratação de prestação de serviços por demanda, contrato de gestão de manutenção terceirizada, contrato de leasing ou locação com manutenção inclusa, bem como a contratação de manutenção preditiva.

3.4. A contratação de Manutenção Preventiva e Corretiva (Full Service) se destaca como a opção mais viável e eficiente para garantir a operação contínua e segura de geradores. Isso porque, ao englobar tanto as ações preventivas quanto às corretivas, esse modelo promove um equilíbrio entre a redução de falhas e a agilidade na resolução de problemas, minimizando paradas inesperadas que podem gerar altos custos e prejuízos operacionais. Além disso, o planejamento periódico e sistemático das manutenções preventivas assegura maior vida útil dos equipamentos e melhora o desempenho

geral, enquanto a cobertura corretiva permite atendimento rápido e especializado quando necessário.

3.5. Comparado aos demais tipos de contratação, o contrato full service oferece maior previsibilidade orçamentária e operacional, já que abrange todas as necessidades de manutenção dentro de um único acordo, evitando custos adicionais imprevistos. Modelos que contemplam apenas manutenção preventiva ou corretiva isoladamente não garantem essa completa proteção, podendo resultar em reparos emergenciais mais caros ou falhas evitáveis. Por isso, a dependência da confiabilidade e do bom funcionamento dos equipamentos, o contrato full service é a solução mais estratégica, promovendo eficiência, segurança e economia a médio e longo prazo.

3.6. A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de geradores, revela-se vantajosa por garantir a continuidade e a eficiência operacional dos sistemas essenciais à segurança, conforto e conservação de bens. A manutenção preventiva reduz falhas inesperadas e prolonga a vida útil dos equipamentos, enquanto a corretiva assegura resposta imediata a eventuais ocorrências, evitando prejuízos maiores. Ademais, tal contratação atende ao princípio da economicidade e ao interesse público, ao prevenir paralisações e custos emergenciais mais elevados.

3.7. Importante destacar que, as unidades de saúde e os órgãos administrativos vinculados a SES/MA são não são compostos só por equipamentos usados, existem também equipamentos novos e seminovos com pouco tempo de uso, o que torna inviável economicamente aquisição de novos equipamentos, sendo essencial e indispensável, bem como vantajoso a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos em questão, visando a conservação do patrimônio estatal, além de garantir a prestação assistencial à saúde à prestada pelo Estado do Maranhão à coletividade.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de Manutenção Preventiva e Corretiva (Full Service) se justifica por diversos fatores técnicos, operacionais e econômicos. Primeiramente, esse modelo garante a continuidade das operações ao minimizar paradas não planejadas, por meio de inspeções regulares e intervenções programadas, o que é essencial para equipamentos críticos como os geradores. Além disso, o Full Service oferece cobertura completa, incluindo mão de obra, peças de reposição e suporte técnico, proporcionando maior previsibilidade orçamentária e eliminando custos inesperados. Outro ponto relevante é a especialização das equipes contratadas, que assegura a correta execução dos serviços conforme normas técnicas e recomendações dos fabricantes, reduzindo o risco de falhas e aumentando a vida útil dos equipamentos.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos para a Contratação: A modalidade pregão para a presente contratação é considerada a modalidade obrigatória, uma vez que trata de uma aquisição de serviços comuns, cujo critério de julgamento será o de menor preço ou o de maior desconto, nos termos do artigo 6.º, inciso XLI da Lei 14.133/2021.

5.1.1. Tendo em vista que o objeto da presente aquisição de serviços possui natureza de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, é possível enxergar dois diferentes desdobramentos, quais sejam, a licitação e a adesão a eventual Ata de Registro de Preços, de modo que, pela legislação vigente, tem-se seguintes requisitos:



5.1.1.1. Nos termos da Lei 14.133/21, o PREGÃO, para o qual são requisitos exigidos:

5.1.1.1.1 Realização de Planejamento, com:

- a) O presente E.T.P.;
- b) Definição do objeto, das condições de execução e pagamento, das garantias, das condições de recebimento, do orçamento estimado, da composição de preços, a modalidade de licitação, o critério de julgamento e o modo de disputa, dentre outros, por meio de Termo de Referência;
- c) Elaboração do edital de Licitação e minuta de contrato;
- d) Análise de riscos;

5.1.1.1.2. Divulgação de Edital;

5.1.1.1.3. Apresentação de propostas;

5.1.1.1.4. Julgamento;

5.1.1.1.5. Habilitação;

5.1.1.1.6. Análise de recursos, quando houver;

5.1.1.1.7. Homologação;

5.1.1.1.8. E, somente após todo esse longo trâmite, a contratação, o que poderia demandar, em média, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano.

5.1.1.2. Ocorre que as contratações devem ter por alicerce a economicidade, a celeridade e a eficiência, otimizando recursos e tempo administrativo. Ocorre que, segundo o Ministério da Economia (2020), o custo de realização de um procedimento de pregão eletrônico é de aproximadamente R\$ 42.534,381 (quarenta e dois mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e oito centavos), logo, em alguns casos a realização de uma licitação acaba sendo mais onerosa que outras alternativas legalmente previstas.

5.1.1.3. A Lei nº 14.133/2021 permite o uso do pregão eletrônico para contratação de bens e serviços comuns, sendo o critério de julgamento por menor preço por item uma forma eficiente de garantir economicidade. Os requisitos incluem a elaboração do Termo de Referência detalhado com a descrição clara do objeto, com estimativa individualizada de preços, padronização do objeto e critérios técnicos objetivos de avaliação e habilitação. Entre as vantagens estão a maior competitividade, ampla participação de fornecedores e otimização de recursos, com melhor aproveitamento do orçamento. A adoção dessa forma exige que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável, garantindo a eficiência da contratação e o atendimento ao interesse público.

5.1.1.4. Desta feita, uma das modalidades de contratação cabíveis é o pregão eletrônico que configura como adequada modalidade para assegurar a devida prestação assistencial nos termos do artigo 6º, inciso XLI da Lei 14.133/2021. Por outro lado, seria possível utilizar-se da adesão a uma ata de registro de preços. Consecutivamente, constatou-se a existência da ARP 016/2026-SEAD/MA que abrange o objeto desse estudo, tornando essa hipótese a mais adequada, célere e mais vantajosa para concretização da contratação que se buscará.

5.1.1.5. Sendo assim, diante da legalidade da aplicação dos termos do dispositivo legal constante no artigo 6º, XLI da Lei 14.133/2021, o pregão é a modalidade mais adequada e viável a ser aplicada para contratação do objeto em estudo.

5.2. Requisitos do Contrato

5.2.1. Sobre a forma do fornecimento/prestação do serviço e como e com qual antecedência será solicitada:



Manutenção de Geradores em Prédios Administrativos e Unidades Regionais de Saúde (URS)

a) A forma do fornecimento/prestação do serviço;

Os SERVIÇOS PREVENTIVOS compreenderão o exame dos equipamentos em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, hidráulica, estrutural, motores elétricos, bombas, sistema de refrigeração, compressores, tubulações, mangueiras, e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos e testes.

Acrescente-se a estes acima, motor, gerador (alternador), Quadro de Transferência Automática (QTA), painel IHM, caixas de interligações, aterramento, cabos de força, comando e automação do grupo, caixas de interligação, aterramento, radiador, sistema de arrefecimento e tanques de combustíveis, bem como quaisquer outros inerentes à prestação dos serviços relativos ao grupo motor-gerador, de modo a garantir perfeito funcionamento elétrico e mecânico, adequado às características técnicas do equipamento especificado, observando o detalhamento dos anexos deste Termo de Referência. Entende-se por SERVIÇOS CORRETIVOS qualquer serviço que envolva reparo e/ou substituição de componentes (peças e acessórios), com o objetivo de sanar defeitos decorrentes do uso normal do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, hidráulica, estrutural, motores elétricos, bombas, sistema de refrigeração, compressor, unidade final e outros serviços, inclusive teste geral, de forma a normalizar o pleno uso dos equipamentos constantes neste Termo de Referência.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA será realizada em dias úteis e em horário comercial (8h às 18h), conforme serviços estabelecidos neste termo de referência e seus anexos.

A Contratada realizará a manutenção preventiva conforme cronograma anexo durante a vigência contratual ou de acordo com cronograma acordado entre as partes, sendo o mínimo necessário o estabelecido neste instrumento.

A manutenção será seguida de um relatório, com a descrição dos serviços executados, que deverá ser atestado por funcionário Fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento.

A Contratada deverá fornecer, às suas expensas, quaisquer produtos de limpeza utilizados para o bom funcionamento dos aparelhos descritos neste Termo de Referência.

A MANUTENÇÃO PREVENTIVA será executada mensalmente, exceto para os hospital(is) de campanha(s) / unidade(s) móvel(is) e carreta(s) móvel(is) tipo tomógrafo, que serão bimestralmente.

A MANUTENÇÃO CORRETIVA será executada quando considerada necessária, mediante solicitação e nos horários determinados pela CONTRATANTE.

A Contratada deverá atender aos chamados em até 6h (seis horas) a contar do horário e data da comunicação da necessidade de manutenção corretiva, sendo que nos casos emergenciais deverá atender à solicitação em até 02 (duas) horas, ou outro prazo aprovado pela CONTRATANTE.

A Contratada deverá solucionar os problemas apresentados em função da manutenção



corretiva no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) após o atendimento do chamado. Caso o prazo de 48h (quarenta e oito horas) ultrapasse o término do horário de expediente da sexta-feira, a contagem será interrompida no término do expediente e retomada ao início do horário de expediente do dia útil seguinte, desde que não se trate de uma situação emergencial.

A identificação de problemas a serem corrigidos será de responsabilidade do Fiscal, que se encarregará de convocar a CONTRATADA para a execução das correções devidas.

A ORDEM DE SERVIÇO (OS) será o instrumento próprio para anotação pelos técnicos da CONTRATADA dos dados dos serviços de manutenção corretiva e deverá ser emitida pela empresa após a solicitação de serviço enviada por e-mail ou outro meio anteriormente definido.

A O.S. será emitida pela CONTRATADA em duas vias, uma para o técnico executante e a outra para o Fiscal do contrato. A resolução de problemas ou efetuação de reparos deverá observar as seguintes etapas, cumprindo-se os prazos estabelecidos neste Termo de Referência:

- a) Identificação do defeito pelo fiscal do contrato;
- b) Convocação da empresa, por e-mail e/ou telefone;
- c) Comparecimento do técnico da empresa para realizar o reparo;
- d) Na hipótese de constatar inobservância a qualquer dos requisitos previstos, o fiscal do contrato comunicará a CONTRATADA por e-mail e/ou telefone e determinará a sua correção;
- e) Caso o técnico da empresa identifique defeito em alguma peça ou a necessidade de reposição de carga de gás, comunicará imediatamente o fiscal do contrato;
- f) Uma vez comunicada, a empresa procederá substituição das peças, cumprindo as condições descritas neste Termo de Referência;
- g) Depois de comunicada, a empresa fornecerá a peça e efetuará a devida substituição;
- h) Encerrada a substituição, o técnico comunicará o fiscal, que verificará o funcionamento do aparelho;
- i) Estando em funcionamento perfeito, o serviço será encerrado e anotado na Ordem de Serviço.

Os serviços relacionados a Manutenção Corretiva, somente serão executados quando determinados pelo gestor do contrato, devendo ser solicitados por e-mail e/ou outra forma acordado entre CONTRATANTE e CONTRATADA;

O reparo de peças somente será admitido, a critério do gestor do contrato, nos casos em que comprovadamente:

- a) A CONTRATADA não disponha em estoque;
- b) Não serem mais fabricadas peças originais ou similares compatíveis;
- c) Não estando disponível na praça local, o fornecimento da peça pelo fabricante, venha a perdurar dias, retardando em demasiado a recuperação do aparelho e prejudicando seus usuários;
- d) Outros motivos aceitos e justificados pelo gestor do contrato.

A Contratada deverá fornecer, sob sua inteira responsabilidade, todos os materiais de consumo e instrumentais necessários à execução do Contrato.

Entende-se por materiais de consumo, os que serão consumidos durante a execução dos serviços objetos deste contrato, tais como: graxas, lubrificantes, solventes estopas,



lixas, materiais de pintura, eletrodos para solda e seus cilindros de gases (se for o caso), materiais de limpeza, vedação de acoplamentos, filtros secador para sistema refrigeração, filtros grossos (G), filtros finos (F), dentre outros.

Entende-se por instrumental todas as ferramentas, instrumentos, aparelhagem e outros recursos necessários à execução dos serviços.

Entende-se por peças de reposição, os componentes dos aparelhos e acessórios, como por exemplo: bombas de água, placas e módulos eletrônicos, botões de acionamento e indicadores luminosos, baterias, contadoras eletromagnéticas, fusíveis, disjuntores de proteção elétrica, fiação para comando e acionamento elétricos, lâmpadas, mangueiras, componentes pneumáticos, acoplamento pneumático das bombas de água e/ou injetora, rolamentos, mancais, correias, retentores tubos e conexões hidráulicas, dentre outros pertinentes.

b) Como e com qual antecedência será solicitada;

A MANUTENÇÃO PREVENTIVA será executada mensalmente (exceto para os hospital(is) de campanha(s) / unidade(s) móvel(is) e carreta(s) móvel(is) tipo tomógrafo, que serão bimestralmente.

A MANUTENÇÃO CORRETIVA será executada quando considerada necessária, mediante solicitação e nos horários determinados pela CONTRATANTE.

Manutenção de Geradores em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), no caso, Policlínicas, Hospitais Regionais, Maternidade, Hospital da Região Tocantina (HRT) e Hospitais Macrorregionais

a) A forma do fornecimento/prestação do serviço;

A contratada deverá dispor de equipe(s) de manutenção(ões) qualificada(s) e disponível(is) equipada com os recursos necessários para atender às demandas de serviços preventivos e corretivos (emergenciais), 7 (sete) dias por semana, de Segunda à Domingo, horários comercial, das 08:00 às 18:00, matutino e vespertino, como também em regime de plantão, ou seja, no horário posterior ao horário comercial, totalizando 24h diárias, atendimento exclusivo à Unidade de Saúde do objeto.

Os SERVIÇOS PREVENTIVOS compreenderão o exame dos equipamentos em condições de uso e funcionamento, visando identificar e prevenir a ocorrência de possíveis defeitos. Estes serviços constam de verificação do funcionamento básico da parte elétrica, eletrônica, mecânica, hidráulica, estrutural, motores elétricos, bombas, sistema de refrigeração, compressores, tubulações, mangueiras, e outros serviços julgados pertinentes, e obedecerá ao constante nos manuais e normas técnicas emitidas pelo fabricante dos equipamentos. Compreende ainda a limpeza geral, lubrificação, ajustes, regulagens, eliminação de eventuais defeitos, reparos e testes.

Acrescente-se a estes acima, motor, gerador (alternador), Quadro de Transferência Automática (QTA), painel IHM, caixas de interligações, aterramento, cabos de força, comando e automação do grupo, caixas de interligação, aterramento, radiador, sistema de arrefecimento e tanques de combustíveis, bem como quaisquer outros inerentes à prestação dos serviços relativos ao grupo motor-gerador, de modo a garantir perfeito funcionamento elétrico e mecânico, adequado às características técnicas do equipamento especificado, observando o detalhamento dos anexos deste Termo de Referência.

Entende-se por SERVIÇOS CORRETIVOS qualquer serviço que envolva reparo e/ou substituição de componentes (peças e acessórios), com o objetivo de sanar defeitos



decorrentes do uso normal do equipamento, conforme os manuais e normas técnicas específicas. Compreenderão os serviços na parte elétrica, eletrônica, mecânica, hidráulica, estrutural, motores elétricos, bombas, sistema de refrigeração, compressor, unidade final e outros serviços, inclusive teste geral, de forma a normalizar o pleno uso dos equipamentos constantes neste Termo de Referência.

A Contratada realizará a manutenção preventiva conforme cronograma anexo durante a vigência contratual ou de acordo com cronograma acordado entre as partes, sendo o mínimo necessário o estabelecido neste instrumento.

A manutenção será seguida de um relatório, com a descrição dos serviços executados, que deverá ser atestado por funcionário Fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento.

A Contratada deverá fornecer, às suas expensas, quaisquer produtos de limpeza utilizados para o bom funcionamento dos aparelhos descritos neste Termo de Referência.

A MANUTENÇÃO PREVENTIVA será executada mensalmente.

A MANUTENÇÃO CORRETIVA será executada quando considerada necessária, mediante solicitação e nos horários determinados pela CONTRATANTE.

A Contratada deverá atender aos chamados em até 1h (uma hora) a contar do horário e data da comunicação da necessidade de manutenção corretiva, sendo que nos casos emergenciais deverá atender à solicitação em até 02 (duas) horas, ou outro prazo aprovado pela CONTRATANTE.

A Contratada deverá solucionar os problemas apresentados em função da manutenção corretiva no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) após o atendimento do chamado. Caso o prazo de 48h (quarenta e oito horas) ultrapasse o término do horário de expediente da sexta-feira, a contagem poderá ser interrompida no término do expediente e retomada ao início do horário de expediente do dia útil seguinte, desde que não se trate de uma situação emergencial.

A identificação de problemas a serem corrigidos será de responsabilidade do Fiscal, que se encarregará de convocar a CONTRATADA para a execução das correções devidas.

A ORDEM DE SERVIÇO (OS) será o instrumento próprio para anotação pelos técnicos da CONTRATADA dos dados dos serviços de manutenção corretiva e deverá ser emitida pela empresa após a solicitação de serviço enviada por e-mail ou outro meio anteriormente definido.

A O.S. será emitida pela CONTRATADA em duas vias, uma para o técnico executante e a outra para o Fiscal do contrato.

A resolução de problemas ou efetuação de reparos deverá observar as seguintes etapas, cumprindo-se os prazos estabelecidos neste Termo de Referência:

- a) Identificação do defeito pelo fiscal do contrato;
- b) Convocação da empresa, por e-mail e/ou telefone;
- c) Comparecimento do técnico da empresa para realizar o reparo;
- d) Na hipótese de constatar inobservância a qualquer dos requisitos previstos, o fiscal do contrato comunicará a CONTRATADA por e-mail e/ou telefone e determinará a sua correção;
- e) Caso o técnico da empresa identifique defeito em alguma peça ou a necessidade de reposição de carga de gás, comunicará imediatamente o fiscal do contrato;
- f) Uma vez comunicada, a empresa procederá substituição das peças, cumprindo as



condições descritas neste Termo de Referência;

- g) Depois de comunicada, a empresa fornecerá a peça e efetuará a devida substituição;
- h) Encerrada a substituição, o técnico comunicará o fiscal, que verificará o funcionamento do aparelho;
- i) Estando em funcionamento perfeito, o serviço será encerrado e anotado na Ordem de Serviço.

Os serviços relacionados a Manutenção Corretiva, somente serão executados quando determinados pelo gestor do contrato, devendo ser solicitados por e-mail e/ou outra forma acordado entre CONTRATANTE e CONTRATADA;

O reparo de peças somente será admitido, a critério do gestor do contrato, nos casos em que comprovadamente:

- a) A CONTRATADA não disponha em estoque;
- b) Não serem mais fabricadas peças originais ou similares compatíveis;
- c) Não estando disponível na praça local, o fornecimento da peça pelo fabricante, venha a perdurar dias, retardando em demasiado a recuperação do aparelho e prejudicando seus usuários;
- d) Outros motivos aceitos e justificados pelo gestor do contrato.

A Contratada deverá fornecer, sob sua inteira responsabilidade, todos os materiais de consumo e instrumentais necessários à execução do Contrato.

Entende-se por materiais de consumo, os que serão consumidos durante a execução dos serviços objetos deste contrato, tais como: graxas, lubrificantes, solventes estopas, lixas, materiais de pintura, eletrodos para solda e seus cilindros de gases (se for o caso), materiais de limpeza, vedação de acoplamentos, filtros secador para sistema refrigeração, filtros grossos (G), filtros finos (F), dentre outros.

Entende-se por instrumental todas as ferramentas, instrumentos, aparelhagem e outros recursos necessários à execução dos serviços.

Entende-se por peças de reposição, os componentes dos aparelhos e acessórios, como por exemplo: bombas de água, placas e módulos eletrônicos, botões de acionamento e indicadores luminosos, baterias, contadoras eletromagnéticas, fusíveis, disjuntores de proteção elétrica, fiação para comando e acionamento elétricos, lâmpadas, mangueiras, componentes pneumáticos, acoplamento pneumático das bombas de água e/ou injetora, rolamentos, mancais, correias, retentores tubos e conexões hidráulicas, dentre outros pertinentes.

b) Como e com qual antecedência será solicitada;

A MANUTENÇÃO PREVENTIVA será executada mensalmente.

A MANUTENÇÃO CORRETIVA será executada quando considerada necessária, mediante solicitação e nos horários determinados pela CONTRATANTE.

5.2.2. Como será feita a medição;

O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é definido como um mecanismo que possibilita avaliar objetivamente os níveis mínimos de qualidade e quantidade da prestação dos serviços, além de estabelecer o redimensionamento do pagamento caso o serviço seja prestado com desempenho inferior ao pactuado, sob a égide da IN nº 05/2017, conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:



TABELA 01		
Grau	Correspondência	
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato	
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato	
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato	
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato	
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato	
TABELA 02		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada;	01
10	Utilizar material de qualidade inferior às especificações exigidas neste Termo;	03

5.2.3. Onde e quando será entregue/executado;

Nas unidades administrativas, nas Unidades Regionais de Saúde (URS) e nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), ou seja, Policlínicas, Hospitais Regionais e Hospitais Macrorregionais. Os serviços do objeto serão executados mediante solicitação de chamado.

5.2.4. Garantia dos Serviços;

O prazo de garantia dos serviços será de até 90 (noventa) dias, a contar da execução. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 2,5% (dois e meio



por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério desta Secretaria.

Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Secretaria fica autorizada a promover a retenção dos pagamentos, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor mensal devido, para fins de atingir o valor total da garantia.

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 1% (um por cento).

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:

- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) As multas moratórias e compensatórias aplicadas à Contratada.

No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em conta específica com correção monetária, em favor da Secretaria de Estado da Saúde – SES.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, e ainda por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

Após execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim só segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamentos dessas verbas trabalhistas diretamente pela

administração.

Em caso de encerramento da vigência do contrato, ou rescisão contratual, a Secretaria reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

A Secretaria de Estado da Saúde – SES não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

- a) Caso fortuito ou força maior;
- b) Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da administração;
- d) Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da administração.

5.2.5. Qual prazo para entrega e substituição em caso de erro;

A Contratada deverá sanar, corrigir, eventuais falhas ou erros verificados na execução de serviços, durante ou após, sob pena de incorrer nas sanções administrativas previstas, nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, inclusive substituindo materiais fornecidos que eventualmente não atenderem as especificações técnicas exigidas para os tipos de equipamentos. O não atendimento no prazo incorrerá em multa.

5.2.6. Questões relevantes;

Tendo em vista que a conclusão do presente estudo quanto à modalidade mais vantajosa para garantir a manutenção preventiva e corretiva de geradores é a adesão a uma Ata de Registro de Preços (ARP 016/2026-SEAD/MA), constatou-se que o quantitativo de itens e o prazo contratual estabelecido no termo de referência da referida ATA, foi determinado de forma anual. Dessa forma, em razão do objeto deste estudo ser um serviço contínuo e essencial, é necessário que, havendo interesse público para renovação do contrato, com a concretização da referida prorrogação, o saldo seja restabelecido/renovado nos mesmos quantitativos inicialmente estabelecidos.

6. DO PROCEDIMENTO PARA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. Para aferir o quantitativo necessário para o objeto desta contratação, levou-se em consideração as aquisições anteriores, assim como o fato de que a última aquisição já ocorreu há tempo razoável, de modo que os aparelhos adquiridos à época, por vezes, já não estão mais em condições adequadas de uso, já tendo alguns, inclusive, que não funcionam mais.

6.2. Desta forma, no tocante a contratação não emergencial, e que o procedimento a ser adotado terá como finalidade um provável registro de preços, de modo que as aquisições vão dependendo das reais necessidades, bem como, que a ARP poderá ter sua vigência prorrogada, é razoável e adequado aplicarmos o quantitativo de contratações anteriores, acrescido de percentual de 25% (levando em conta que as contratações trabalham apenas com estimativa de uso e que a última contratação não emergencial já ocorreu há mais de 2 anos, de modo que muitos aparelhos precisam ou logo precisarão ser substituídos) e, considerando a possibilidade de prorrogação da presente ata, sendo vedada a realização



posterior de acréscimos de seu quantitativo (art. 21, §§2º e 5º do Decreto 38.136/2023), deverá ser dobrada a quantidade, por item, fixada para o período de um ano.

6.3. Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Geradores

O contrato nº 71/2020/SES atualmente observa interdependência com aditivos de contratação sucessivos junto a esta SES/MA, no caso, 1º termo aditivo de prazo, processo Nº 27.460/2021/SES; 2º termo aditivo de prazo, processo Nº 39.125/2022/SES; 3º termo aditivo de prazo, processo Nº 33.903/2023/SES; 4º termo aditivo de prazo, processo Nº 2024.110222.03825 e 5º termo aditivo de prazo, processo Nº 2025.110222.06423, atendendo plenamente as unidades administrativas e unidades regionais de saúde às quais se destinam a presente contratação, com o seguinte quantitativo:

MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA GERADORES DE ENERGIA		
LOCALIDADE - SÃO LUIS/MA	QUANTIDADE (UNIDADE - CICLO MENSAL)	QUANTIDADE ANUAL (CICLOS)
PRÉDIO ADMINISTRATIVO SEDE (SES/MA) - Av. Carlos Cunha, S/N, Calhau.		
GRUPO GERADOR 350KVA KAYAMA	1	12
REDE DE FRIOS - Av. dos Franceses, S/N. Bairro Vila Palmeira. Atrás do Hospital Genésio Rego		
GRUPO GERADOR 83kVA CABINADO – TEKMAX TG-83K (DIESEL)	1	12
CEAF (Central de Abastecimento Farmacêutico) - Estrada da Vitória, Centro.		
GRUPO GERADOR 350 kVA KAYAMA	1	12
FEME - Av. Senador Vitorino Freire, Nº26. Centro. Próximo ao Terminal Praia Grande		
GRUPO GERADOR 350kVA KAYAMA	1	12
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES - Av. Coronel Colares Moreira, S/N. Bairro São Francisco. CEP 65.075-441		
GRUPO GERADOR 150kVA KAYAMA	1	12
Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas do Tipo III (CAPS ADIII) - Rua João Moreno, nº 25, quadra 223 (esquina da Rua Riachuelo) — João Paulo, CEP. 65.099-090, São Luis/MA		
GRUPO GERADOR 350kVA KAYAMA	1	12
CARRETA MÓVEL TIPO TOMÓGRAFO		
HOSPITAL DE CAMPANHA GRUPO GERADOR 50KVA JHON DEERE	1	12
GRUPO GERADOR MÓVEL DE 70kVA MQ POWER	1	12
GRUPO GERADOR MÓVEL DE 350kVA KAYAMA	1	12
LOCALIDADE - INTERIOR	QUANTIDADE (UNIDADE - CICLO MENSAL)	QUANTIDADE ANUAL (CICLOS)
URS ROSÁRIO - Rua General Lott, S/N. Vila Bacurau.		
GRUPO GERADOR DIESEL , 84kVA, HEIMER	1	12



URS PINHEIRO - Rua Maria Pinheiro Paiva, Nº1055. Centro.		
GRUPO GERADOR TECMAX TG-30 kVA	1	12
URS VIANA - Rua Prof.^a Amélia Carvalho, S/N. Centro.		
GRUPO GERADOR TECMAX TG-30 kVA	1	12
URS ITAPECURU MIRIM - Rua Santo Antônio, S/N. Centro.		
GRUPO GERADOR DIESEL , 80kVA/64kW, CABINADO SILENCIADO- POWER BRASIL, GF3- 80	1	12
URS SANTA INÊS - Praça Leão Maluf, Nº 08. Centro.		
GRUPO GERADOR DIESEL , 80kVA/64kW, CABINADO SILENCIADO- POWER BRASIL, GF3- 80	1	12
URS ZÉ DOCA - Praça Osvaldo Cruz, Nº 65. Vila Barroso.		
GRUPO GERADOR TECMAX TG-30 kVA	1	12
URS AÇAILÂNDIA - Rua Anita Garibaldi, Nº 905. Centro.		
GRUPO GERADOR DIESEL , 80kVA/64kW, CABINADO SILENCIADO- POWER BRASIL, GF3- 80	1	12
URS IMPERATRIZ - Rua Coriolano Milhomen, Nº271. Centro.		
GRUPO GERADOR DIESEL, MS GERADORES 150 kVA	1	12
URS BACABAL - BR 316, km 351, Bairro Cohab II.		
GRUPO GERADOR TECMAX TX-30 kVA	1	12
URS PEDREIRAS - Praça Cinquentenária, Nº 01. Centro.		
GRUPO GERADOR DIESEL , 80kVA/64kW, CABINADO SILENCIADO- POWER BRASIL, GF3- 80	1	12
URS BARRA DO CORDA - Rua Frederico Figueira, S/N, Centro.		
GRUPO GERADOR TECMAX TG-30kVA	1	12
URS PRESIDENTE DUTRA - Praça São Sebastião, S/N. Centro.		
GRUPO GERADOR DIESEL , 80kVA/64kW, CABINADO SILENCIADO- POWER BRASIL, GF3- 80	1	12
URS CHAPADINHA - Rua Ananias Albuquerque, Nº495. Centro.		
GRUPO GERADOR DIESEL , 80kVA/64kW, CABINADO SILENCIADO- POWER BRASIL, GF3- 80	1	12
URS CODÓ - Av. 1º de Maio, Nº 1879-A. Centro.		
GRUPO GERADOR DIESEL , 80kVA/64kW, CABINADO SILENCIADO- POWER BRASIL, GF3- 80	1	12
URS CAXIAS - Rua Bom Pastor, Nº 371. Centro.		
GRUPO GERADOR DIESEL , 80kVA/64kW, CABINADO SILENCIADO- POWER BRASIL, GF3- 80	1	12
URS TIMON - Av. Viana Vaz, Nº 186. Centro.		
GRUPO GERADOR DIESEL , 80kVA/64kW, CABINADO SILENCIADO- POWER BRASIL, GF3- 80	1	12
URS SÃO JOÃO DOS PATOS - Rua Sá Sobrinho, Nº230. Centro.		
GRUPO GERADOR DIESEL , 80kVA/64kW, CABINADO SILENCIADO- POWER BRASIL, GF3- 80	1	12
URS BALSAS - Av. Cel. Fonseca, S/N, Centro.		



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

GRUPO GERADOR TECMAX TX-30 kVA	1	12
LOCALIDADE – HOSPITAL DA REGIÃO TOCANTINA / IMPERATRIZ-MA	QUANTIDADE (UNIDADE - CICLO MENSAL)	QUANTIDADE ANUAL (CICLOS)
Av. Pedro Neiva de Santana, S/N, Parque Amazonas. CEP: 65919-555, Imperatriz/MA.		
GRUPO GERADOR 650kVA CUMMINS POWER GENERATION	1	12
GRUPO GERADOR 650kVA CUMMINS POWER GENERATION	1	12
GRUPO GERADOR 500kVA CUMMINS POWER GENERATION	1	12
GRUPO GERADOR 500kVA CUMMINS POWER GENERATION	1	12
GRUPO GERADOR 500kVA CUMMINS POWER GENERATION	1	12
GRUPO GERADOR 500kVA CUMMINS POWER GENERATION	1	12
LOCALIDADE – POLICLÍNICAS	QUANTIDADE (UNIDADE - CICLO MENSAL)	QUANTIDADE ANUAL (CICLOS)
POLICLÍNICA DE BALSAS/MA – Bairro Montserrat, Loteamento Cidade Nova, S/N, 65800-000. Balsas/MA.		
GRUPO GERADOR 500kVA	1	12
POLICLÍNICA DE CHAPADINHA/MA – MA 230, S/N, Centro, 65.500-000, em Chapadinha/MA.		
GRUPO GERADOR 500kVA	1	12
LOCALIDADE – HOSPITAL REGIONAL	QUANTIDADE (UNIDADE - CICLO MENSAL)	QUANTIDADE ANUAL (CICLOS)
HOSPITAL REGIONAL DRª LAURA VASCONCELOS DE BACABAL/MA – Rua Maranhão Sobrinho, 15500, Centro, Bacabal/MA.		
GRUPO GERADOR 350kVA	1	12
GRUPO GERADOR 75kVA	1	12
LOCALIDADE – MATERNIDADE	QUANTIDADE (UNIDADE - CICLO MENSAL)	QUANTIDADE ANUAL (CICLOS)
MATERNIDADE DE BACABAL/MA – Bairro Centro, Rua Antônio Lobo, S/N, 65700-000. Bacabal/MA.		
GRUPO GERADOR 500kVA	1	12
LOCALIDADE – MACRORREGIONAIS	QUANTIDADE (UNIDADE - CICLO MENSAL)	QUANTIDADE ANUAL (CICLOS)
HOSPITAL MACRORREGIONAL DRª RUTH NOLETO - Avenida Pedro Neiva de Santana, Nº 3557. Bairro Parque Amazonas, 65919-555. Imperatriz/MA.		
GRUPO GERADOR 500kVA GERAPOWER	1	12
HOSPITAL MACRORREGIONAL DR TOMÁS MARTINS - BR 316, S/N, Bairro São Cristóvão, Santa Inês/MA.		



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

GRUPO GERADOR 350kVA HEIMER	1	12
HOSPITAL MACRORREGIONAL DR EVERALDO FERREIRA ARAGÃO - BR 316, s/n, CAXIAS – MA		
GRUPO GERADOR 350kVA HEIMER	1	12
HOSPITAL MACRORREGIONAL DR JACKSON LAGO - Rod MA-106, Estrada de Pacas, s/n, Bairro Enseada, PINHEIRO – MA		
GRUPO GERADOR 350kVA HEIMER	1	12
HOSPITAL MACRORREGIONAL DR ALEXANDRE MAMEDE TROVÃO - Tv. do Buriti, nº 122, Bairro Trizidela, COROATÁ – MA		
GRUPO GERADOR 84kVA HEIMER	1	12
GRUPO GERADOR 350kVA HEIMER	1	12

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO MARANHÃO - SES/MA							
TIPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	ITEM DESPESA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 002	7	Manutenção Preventiva para Gerador de energia com potência de 15kVA a 220 kVA	1 - Serv.	33391399900	24	R\$ 76.392,96	R\$ 1.833.431,04
LOTE 002	8	Manutenção Preventiva para Gerador de energia com potência de 340kVA a 400 kVA.	1 - Serv.	33391399900	11	R\$ 118.828,92	R\$ 1.307.118,12
LOTE 002	9	Manutenção Preventiva para Gerador de energia com potência de 500kVA a 625 kVA.	1 - Serv.	33391399900	11	R\$ 139.908,72	R\$ 1.538.995,92
LOTE 002	10	Serviço de fornecimento e instalação de módulo controlador para gerador de energia com potência de 15 kVA a 220 kVA.	1 - Serv.	33391399900	11	R\$ 22.738,94	R\$ 250.128,34
LOTE 002	11	Serviço de fornecimento e instalação de módulo controlador para gerador de energia com potência de 340 kVA a 440 kVA.	1 - Serv.	33391399900	6	R\$ 22.738,94	R\$ 136.433,64



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

LOTE 002	12	Serviço de fornecimento e instalação de módulo controlador para gerador de energia com potência de 500 kVA a 625 kVA.	1 - Serv.	33391399900	5	R\$ 20.523,44	R\$ 102.617,20
LOTE 002	13	Fornecimento e instalação de conjunto contator tripolar para gerador de energia com potência de 15 kVA a 220kVA	1 - Serv.	33390399701	12	R\$ 21.631,19	R\$ 259.574,28
LOTE 002	14	Fornecimento e instalação de conjunto contator tripolar para gerador de energia com potência de 340 kVA a 400kVA	1 - Serv.	33390399701	6	R\$ 24.413,22	R\$ 146.479,32
LOTE 002	15	Fornecimento e instalação de conjunto contator tripolar para gerador de energia com potência de 500 kVA a 625kVA	1 - Serv.	33390399701	3	R\$ 33.679,04	R\$ 101.037,12
LOTE 002	16	Fornecimento e instalação de radiador de água para Motor/Gerador de energia com potência de 15 kVA a 220KVA.	1 - Serv.	33390399701	10	R\$ 24.612,90	R\$ 246.129,00
LOTE 002	17	Fornecimento e instalação de radiador de água para Motor/Gerador de energia com potência de 340 kVA a 400KVA.	1 - Serv.	33390399701	5	R\$ 28.081,74	R\$ 140.408,70
LOTE 002	18	Fornecimento e instalação de radiador de água para Motor/Gerador de energia com potência de 500 kVA a 625KVA.	1 - Serv.	33390399701	4	R\$ 29.393,00	R\$ 117.572,00



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

LOTE 002	19	Fornecimento e instalação de kit completo de bomba d'água e unidades injetoras para gerador de energia com potência de 15kVA a 220kVA	1 - Serv.	33390399701	9	R\$ 28.821,40	R\$ 259.392,60
LOTE 002	20	Fornecimento e instalação de kit completo de bomba d'água e unidades injetoras para gerador de energia com potência de 340kVA a 400kVA	1 - Serv.	33390399701	5	R\$ 28.442,55	R\$ 142.212,75
LOTE 002	21	Fornecimento e instalação de kit completo de bomba d'água e unidades injetoras para gerador de energia com potência de 500kVA a 625kVA	1 - Serv.	33390399701	3	R\$ 37.304,55	R\$ 111.913,65
LOTE 002	22	Fornecimento e instalação de turbo compressor para gerador de energia com potência de 15kVA a 220 kVA.	1 - Serv.	33390399701	9	R\$ 28.387,48	R\$ 255.487,32
LOTE 002	23	Fornecimento e instalação de turbo compressor para gerador de energia com potência de 340kVA a 400kVA.	1 - Serv.	33390399701	4	R\$ 36.326,88	R\$ 145.307,52
LOTE 002	24	Fornecimento e instalação de turbo compressor para gerador de energia com potência de 500kVA a 625kVA.	1 - Serv.	33390399701	3	R\$ 39.948,59	R\$ 119.845,77
LOTE 002	25	Fornecimento e instalação de alternador Vcc para gerador de energia com potência de 15 kVA a 220kVA	1 - Serv.	33390399701	5	R\$ 63.810,76	R\$ 319.053,80



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

LOTE 002	26	Fornecimento e instalação de alternador Vcc para gerador de energia com potência de 340 kVA a 400kVA	1 - Serv.	33390399701	4	R\$ 110.177,76	R\$ 440.711,04
LOTE 002	27	Fornecimento e instalação de alternador Vcc para gerador de energia com potência de 500 kVA a 625kVA	1 - Serv.	33390399701	3	R\$ 117.389,34	R\$ 352.168,02
LOTE 002	28	Fornecimento e instalação de kit pistão, cilindro e segmentos do motor DIESEL para gerador de energia com potência de 15kVA a 220kVA.	1 - Serv.	33390399701	6	R\$ 34.241,72	R\$ 205.450,32
LOTE 002	29	Fornecimento e instalação de kit pistão, cilindro e segmentos do motor DIESEL para gerador de energia com potência de 340kVA a 400kVA.	1 - Serv.	33390399701	5	R\$ 31.889,24	R\$ 159.446,20
LOTE 002	30	Fornecimento e instalação de kit pistão, cilindro e segmentos do motor DIESEL para gerador de energia com potência de 500kVA a 625kVA.	1 - Serv.	33390399701	4	R\$ 53.029,54	R\$ 212.118,16
LOTE 002	31	Fornecimento e instalação de kit pistão, cilindro e segmentos do motor DIESEL para gerador de energia com potência de 15kVA a 220kVA.	1 - Serv.	33390399701	15	R\$ 27.506,31	R\$ 412.594,65
LOTE 002	32	Fornecimento e instalação de kit pistão, cilindro e segmentos do motor DIESEL para gerador	1 - Serv.	33390399701	14	R\$ 12.448,22	R\$ 174.275,08



		de energia com potência de 340kVA a 400kVA.					
LOTE 002	33	Fornecimento e instalação de kit pistão, cilindro e segmentos do motor DIESEL para gerador de energia com potência de 500kVA a 625kVA.	1 - Serv.	33390399701	7	R\$ 15.034,66	R\$ 105.242,62

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/AGRUPAMENTO DE ITENS

Devido à natureza do objeto, o parcelamento de itens não é aplicável, uma vez que a solução mais viável é aquisição por meio da ARP 016/2026 da SEAD/MA, ata já está registrada, de modo que o parcelamento se aplicaria no ato da licitação.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS A SEREM OBTIDOS

8.1. Manutenção de Geradores

Com a presente contratação, pretende-se estabelecer os *serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com cobertura integral de peças e insumos de/em grupo(s) gerador(es) estacionário(s), móveis (módulos tipo carreta) e no hospital móvel de campanha, dos equipamentos existentes ou que venham a ser adquiridos, pertencentes aos Órgãos Administrativos e Unidade Regionais de Saúde (URS), bem como os Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) Policlínica de Chapadinha/MA, Policlínica de Balsas/MA, Maternidade de Bacabal/MA, Hospital Regional Drª Laura Vasconcelos de Bacabal/MA, Hospital da Região Tocantina - HRT, em Imperatriz/MA e os seguintes Hospitais Macrorregionais (H.M.): H.M. Drª Ruth Noleto em Imperatriz/MA, H.M. Dr Tomás Martins de Santa Inês/MA, H.M. Dr Everaldo Ferreira Aragão de Caxias/MA, H.M. Dr Jackson Lago de Pinheiro/MA e H.M. Dr Alexandre Mamede Trovão de Coroatá/MA, vinculados à Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Maranhão (SES/MA), conforme as condições e quantidades estabelecidas no termo de referência.*

Os limites desta contratação estão diretamente ligados às exigências e prazos estabelecidos no Termo de Referência em anexo. Com vista a garantir a não interrupção dos serviços e consequente desabastecimento das unidades.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

9.1. A gestão e fiscalização do pretenso contrato ficará a cargo de servidores desta SES/MA devidamente capacitados, não havendo necessidade da adoção de medidas neste sentido.

9.2. Ressaltamos que é desnecessária a realização de obra prévia, de treinamento específico, de treinamento de gestores e fiscais, de adaptações nas instalações, de aquisições de itens essenciais ao funcionamento da solução.

9.3. É desnecessária a realização de obra prévia, de treinamento específico, de treinamento de gestores e fiscais, de adaptações nas instalações, de aquisições de itens essenciais ao funcionamento da solução.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão possui o contrato nº 71/2020/SES-MA,

que tem como objeto *prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com cobertura integral de peças e insumos, em grupos geradores estacionários, móveis (módulos tipo carreta) e no hospital móvel de campanha, dos equipamentos existentes ou que venham a ser adquiridos pela SES/MA*, atualmente vigente e prorrogada, correlato à presente contratação. Por outro lado, não há contratações interdependentes, uma vez que os serviços do objeto deste estudo são executados de forma específica e integral, não necessitando de serviços complementares.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

a) Manutenção de Geradores (Prédios Administrativos e Unidades Regionais de Saúde – URS)

A Gerência de Engenharia, observando os índices do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) referenciado dos últimos 12 (doze) meses, embasado nos índices do IPCA de Janeiro de 2025, obteve um valor de reajuste contratual de R\$ 27.990,97 (vinte e sete mil, novecentos e noventa reais e noventa e sete centavos), uma elevação de 3,10054344608754% (três vírgula um, zero, zero, cinco, quatro, três, quatro, quatro, seis, zero, oito, sete, cinco, quatro por cento) sobre o valor do contrato.

O valor total atual do contrato é R\$ 930.925,51 (novecentos e trinta mil, novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos), distribuídos entre manutenção preventiva, manutenção corretiva, instalação, desinstalação, realocação e recurso para aquisição de peças e acessórios não previstos (manutenção corretiva), conforme 5º termo aditivo, processo Nº 2025.110222.06423.

Instrumento	Processo nº	Início da Vigência	Término da Vigência	Valor Total R\$
Contrato	34.683/2020/SES	13/04/2020	13/04/2021	R\$ 793.479,76
1º Termo Aditivo	27.460/2021/SES	13/04/2021	13/04/2022	R\$ 793.479,76
2º Termo Aditivo	39.125/2022/SES	13/04/2022	13/04/2023	R\$ 864.879,83
3º Termo Aditivo	33.903/2023/SES	13/04/2023	13/04/2024	R\$ 864.879,83
4º Termo Aditivo	2024.110222.03825	13/04/2024	13/04/2025	R\$ 902.937,54
5º Termo Aditivo	2025.110222.06423	13/04/2025	13/04/2026	R\$ 930.925,51

Presume-se um valor em reais/kVA equivalente de até 5% (cinco por cento) do valor total daquele aditivo, ou seja, R\$ 976.943,33 (Novecentos e Setenta e Seis Mil, Novecentos e Quarenta e Três Reais e Trinta e Três centavos), conforme os índices do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Os preços propostos serão considerados completos e deverão abranger todas as despesas relativas à futura contratação, tais como: tributos, transporte/frete, embalagens, carregamento e descarregamento, eventuais substituições e quaisquer despesas acessórias e/ou necessárias ao cumprimento do objeto, salvo disposição legal em contrário.



b) Manutenção de Geradores / Hospital da Região Tocantina (HRT)

Considerando-se o parque tecnológico dos Grupos Moto-Geradores (GMG) do Contrato nº 71/2020/SES, 5º Termo Aditivo, ou seja, R\$ 930.925,51 (novecentos e trinta mil, novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos), se observa um quantitativo dos Grupos Moto-Geradores (GMG) instalados no HRT em quantidade de kVA (quilo-Volt-Ampère), um número superior ao daquele contrato. Assim, presume-se um valor em reais/kVA equivalente de 118% (cento e dezoito por cento) do valor total daquele aditivo, ou seja, R\$ 1.097.565,81 (Um Milhão e Noventa e Sete Mil, Quinhentos e Sessenta e Cinco Reais e Oitenta e Um Centavos).

Os preços propostos serão considerados completos e deverão abranger todas as despesas relativas à futura contratação, tais como: tributos, transporte/frete, embalagens, carregamento e descarregamento, eventuais substituições e quaisquer despesas acessórias e/ou necessárias ao cumprimento do objeto, salvo disposição legal em contrário.

c) Manutenção de Geradores / Policlínica de Chapadinha/MA, Policlínica de Balsas/MA, Maternidade de Bacabal/MA, Hospital Regional Drª Laura Vasconcelos de Bacabal/MA

Considerando-se o parque tecnológico dos Grupos Moto-Geradores (GMG) do Contrato nº 71/2020/SES, 5º Termo Aditivo, ou seja, R\$ 930.925,51 (novecentos e trinta mil, novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos), se observa um quantitativo dos Grupos Moto-Geradores (GMG) instalados nas Policlínica de Chapadinha/MA, Policlínica de Balsas/MA, Maternidade de Bacabal/MA, Hospital Regional Drª Laura Vasconcelos de Bacabal/MA, em quantidade de kVA (quilo-Volt-Ampère), um número inferior ao daquele contrato. Assim, presume-se um valor em R\$/kVA equivalente de 64,62% (sessenta e quatro vírgula sessenta e dois por cento) do valor total daquele aditivo, ou seja, R\$ 601.554,75 (Seiscentos e Um Mil, Quinhentos e Cinquenta e Quatro Reais e Setenta e Cinco Centavos).

Os preços propostos serão considerados completos e deverão abranger todas as despesas relativas à futura contratação, tais como: tributos, transporte/frete, embalagens, carregamento e descarregamento, eventuais substituições e quaisquer despesas acessórias e/ou necessárias ao cumprimento do objeto, salvo disposição legal em contrário.

d) Manutenção de Geradores / Hospital Macrorregionais (H.M.) Drª Ruth Noletto em Imperatriz/MA, H.M. Dr Tomás Martins de Santa Inês/MA, H.M. Dr Everaldo Ferreira Aragão de Caxias/MA, H.M. Dr Jackson Lago de Pinheiro/MA e H.M. Dr Alexandre Mamede Trovão de Coroatá/MA

Considerando-se o parque tecnológico dos Grupos Moto-Geradores (GMG) do Contrato nº 71/2020/SES, 5º Termo Aditivo, ou seja, R\$ 930.925,51 (novecentos e trinta mil, novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos), se observa um quantitativo dos Grupos Moto-Geradores (GMG) instalados nos Hospitais Macrorregionais, em quantidade de kVA (quilo-Volt-Ampère), um número inferior ao daquele contrato. Assim, presume-se um valor em R\$/kVA equivalente de 53,37% (cinquenta e três vírgula trinta e sete por cento) do valor total daquele aditivo, ou seja, R\$ 496.868,60 (Quatrocentos e Noventa e Seis Mil, Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Sessenta Centavos).

Os preços propostos serão considerados completos e deverão abranger todas as despesas relativas à futura contratação, tais como: tributos, transporte/frete, embalagens,

carregamento e descarregamento, eventuais substituições e quaisquer despesas acessórias e/ou necessárias ao cumprimento do objeto, salvo disposição legal

em contrário.

e) **Do Valor Global da Contratação:** A contratação de todas as manutenções que compõem o objeto deste estudo tem um valor global de R\$ 3.126.914,67 (Três Milhões, Cento e Vinte e Seis Mil, Novecentos e Catorze Reais e Sessenta e Sete Centavos).

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. No que diz respeito aos eventuais impactos ambientais, devem ser observados os critérios e as práticas de sustentabilidade incluídos nas especificações técnicas, observada e cumprida a legislação ambiental pertinente, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na utilização, transporte e descarte dos produtos.

12.2. As contratações públicas sustentáveis previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021 tem relação com o – “ODS 12 ONU Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis”, em sua meta nº. 7, que é a de “promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais Guia Nac. de Contratações Sustentáveis. 3ª. Ed. DF: 2020 ” (...).

12.3. Portanto, licitação sustentável é a licitação que integra considerações socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 3ª. Ed. DF: 2020).

12.4. A licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos (de governo) com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos.

12.5. A licitação sustentável permite o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e a sociedade.

12.6. A licitação sustentável é também conhecida como compras públicas sustentáveis, eco aquisição, compras verdes, compra ambientalmente amigável e licitação positiva (BIDERMANN et al., 2008 Guia Nac. de Contratações Sustentáveis. 3ª. Ed., 2020 [1] in).

12.7. A contratação de manutenção preventiva e corretiva de geradores pode gerar impactos ambientais relacionados ao descarte inadequado de peças, óleos lubrificantes, fluidos refrigerantes e resíduos eletrônicos. Esses resíduos, se não forem corretamente tratados, podem contaminar o solo e a água, além de emitir gases prejudiciais à camada de ozônio e ao clima.

12.8. Outro ponto relevante é o consumo energético desses equipamentos. A manutenção adequada, ao garantir o pleno funcionamento e a eficiência energética dos sistemas, contribui para a redução do consumo de energia elétrica, mitigando a emissão de gases de efeito estufa relacionados à geração de energia, sobretudo em regiões que ainda dependem de fontes fósseis.

12.9. No contexto da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES/MA), quanto aos Prédios Administrativos, Unidades Regionais de Saúde (URS), Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) do objeto, é essencial adotar práticas sustentáveis durante os serviços de manutenção, como o uso de peças certificadas, destinação ambientalmente



correta dos resíduos e treinamento dos técnicos. Tais medidas minimizam os impactos negativos ao meio ambiente, promovendo uma gestão mais sustentável dos recursos públicos.

12.10. Desta feita, devem ser observados os critérios e as práticas de sustentabilidade incluídos nas especificações técnicas constantes no item 3 do TR, observada e cumprida a legislação ambiental pertinente, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na utilização, transporte e descarte dos produtos.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

13.1 A contratação se justifica, pois, seu objeto está alinhado ao planejamento da Instituição e o estudo em questão comprova, com base em fundamentos técnicos, a necessidade da solução descrita nos itens. Além disso, o histórico de contratações da Secretaria e a menor complexidade do produto a ser adquirido reforçam a adequação dessa abordagem. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Elaboração/Equipe de
Planejamento: Em 16/04/2026.

José de Ribamar
Marinho ID 852553-
00
Auxiliar Técnico II



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

ANEXO II
PLANILHA DE PREÇOS

				Amostra 1	Amostra 2	Amostra 3	VALOR ESTIMADO	
Nº	DESCRIPTIVO	Apresent.	QTD	GRUPO 01 - FORNECIMENTO DE GRUPO GERADOR EMERGENCIAL				
				Preço Unit.	Preço Unit.	Preço Unit	Unit.	Total
1	GERADOR 33 KVA	UNID.	28	R\$ 71.350,64	R\$ 79.000,00	R\$ 68.111,60	R\$ 72.820,74	R\$ 2.038.980,72
				GRUPO 02 - FORNECIMENTO GRUPO GERADOR EMERGENCIAL				
Nº	DESCRIPTIVO							
2	GERADOR 50 KVA	UNID.	9	R\$ 81.600,00	R\$ 69.428,60	R\$ 69.000,00	R\$ 73.342,86	R\$ 660.085,74
				GRUPO 03 - FORNECIMENTO GRUPO GERADOR EMERGENCIAL				
Nº	DESCRIPTIVO							
3	GERADOR 80 KVA	UNID.	4	R\$ 108.392,72		R\$ 170.000,00	R\$ 139.196,36	R\$ 556.785,44
				GRUPO 04 - FORNECIMENTO GRUPO GERADOR EMERGENCIAL				
Nº	DESCRIPTIVO							
4	GERADOR 100 KVA	UNID.	3		R\$ 113.948,05	R\$ 185.000,00	R\$ 149.474,02	R\$ 448.422,06
				GRUPO 05 - FORNECIMENTO GRUPO GERADOR EMERGENCIAL				



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

Nº	DESCRIPTIVO							
5	GERADOR 150 KVA	UNID.	2	R\$ 120.000,00	R\$ 133.000,00	R\$ 140.784,00	R\$ 131.261,33	R\$ 262.522,66
				GRUPO 06 - FORNECIMENTO GRUPO GERADOR EMERGENCIAL				
Nº	DESCRIPTIVO							
6	GERADOR 250 KVA	UNID.	1	R\$ 260.543,81	R\$ 230.000,00	R\$ 310.000,00	R\$ 266.847,93	R\$ 266.847,93
				GRUPO 07 - FORNECIMENTO GRUPO GERADOR EMERGENCIAL				
Nº	DESCRIPTIVO							
7	GERADOR 300 KVA	UNID.	14	R\$ 390.000,00	R\$ 303.506,49	R\$ 251.500,00	R\$ 315.002,16	R\$ 4.410.030,24
				GRUPO 08 - FORNECIMENTO GRUPO GERADOR EMERGENCIAL				
Nº	DESCRIPTIVO							
8	GERADOR 500 KVA	UNID.	13	R\$ 320.000,00	R\$ 330.800,00	R\$ 327.000,00	R\$ 325.933,33	R\$ 4.237.133,29
				GRUPO 09 - FORNECIMENTO GRUPO GERADOR EMERGENCIAL				
Nº	DESCRIPTIVO							
9	GERADOR 750 KVA	UNID.	4	R\$ 553.132,59	R\$ 615.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 539.377,53	R\$ 2.157.510,12
				VALOR TOTAL ESTIMADO DA AQUISIÇÃO				R\$ 15.038.318,20



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2026 – SES/MA

Prezado(a) Pregoeiro(a),

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra- assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por esta Secretaria, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG sob nº _____ e
CPF nº _____, cuja
função/cargo

é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do Contrato.**

4) Declaramos para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço: **(colocar o endereço completo da empresa, com telefone e e-mail de contato)**

7) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo desta Secretaria, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

8) Nomeamos e constituímos o senhor (a) _____, portador(a) do CPF/MF sob nº _____, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **Contrato**, referente ao Pregão Eletrônico nº XXX/2026 – SES/MA e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

_____, _____ de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível / Cargo/Função /Carimbo do CNPJ)
(Papel timbrado da licitante)



ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026 – SES/MA

Prezado(a) Pregoeiro(a),

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por (cargo/função), RG nº, CPF nº, (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital em epígrafe que tem por objeto a, de acordo com especificações constantes no edital e anexos, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL TOTAL (R\$)
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)				

Informar valores unitários e totais; Informar especificação do produto/serviço;

Informar que a proponente obriga-se a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada como a vencedora do certame;

Informar que a validade desta proposta é de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

.....

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível / Cargo/Função / Carimbo do CNPJ) (uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO SEI N.º XXXX.XXXXX.XXXXX

PROCESSO SIGA Nº: XXXXXXXXX

**ORGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS
- SALIC**

Pelo presente instrumento, a **Secretaria de Estado da Saúde - SES**, inscrita no CNPJ nº **02.973.240/0001-06**, com sede na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, Calhau. CEP: 65.076-820 – São Luís/MA, **ORGÃO INTERESSADO E PARTICIPANTE**, por meio da **Secretária Adjunta de Assistência à Saúde**, neste ato representada pela senhora **Kátia Cristina de Castro Veiga Trovão**, designada **Ordenadora de Despesas da SES/MA**, através da PORTARIA/SES/MA nº 404, de 03 de maio de 2023, portadora do **CPF nº 926.177.193-91**, considerando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026–SES**, para **REGISTRO DE PREÇOS** no Processo sei nº XXXX.XXXXX.XXXXX e SIGA: SES/XXXX/XXXX.

1. DO OBJETO

A presente Ata tem como objeto o registro de preços para a eventual aquisição de XXXXXXX, especificado(s) no(s) item(ns) do **Anexo I - Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico n.º ____/____/____**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Parágrafo Único – A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

2. DO BENEFICIÁRIO, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

EMPRESA BENEFICIÁRIA:	
CNPJ Nº	TELEFONE:
ENDEREÇO:	E-MAIL:
VALOR TOTAL: R\$	
REPRESENTANTE LEGAL:	
RG:	CPF:

2.1. Os preços registrados, os quantitativos e as descrições do objeto da licitação referente a proposta da beneficiária desta Ata, estão registrados **conforme segue:**

ITE M	CÓD. SIGA	DESCRIÇÃO	UND.	QUAN T.	VALOR MENSAL . (R\$)	VALOR ANUALTOTAL (R\$)



3. DA VALIDADE DA ATA E DA PUBLICAÇÃO

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4. DO CADASTRO RESERVA

4.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.1.2. Mantiverem sua proposta original.

4.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3. O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5. DA ALTERAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, sendo que os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



6. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



7. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as disposições contidas no Decreto Estadual nº. 38.136/2023 e da Lei Federal 14.133/2021.

7.1.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar a fornecedor beneficiário e órgão gerenciador da ata, respectivamente, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

7.2. Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s).

7.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.4. A solicitação de adesão deverá ser encaminhada ao órgão gerenciador constando todos os itens a serem aderidos com seus respectivos valores e o valor total, e o documento timbrado da empresa beneficiária da ata mencionando os itens, valores unitários e valor total aceitado.

7.5. Ao órgão não participante que aderir à Ata de Registro de Preços, em relação às suas próprias contratações, compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pela fornecedora das obrigações contratuais assumidas e à aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, observada a ampla defesa e o contraditório, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.6. Após a autorização do órgão gerenciador, a aquisição ou a contratação deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias, observado o prazo de vigência da Ata. (art.29 Decreto Estadual 38.136/2023)

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de



registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

9.3. O gerenciamento da Ata referente a esta solicitação caberá ao Governo do Estado do Maranhão por intermédio da Secretaria Adjunta de Licitações e Compras Estratégicas (SALIC), por força do Decreto Estadual 38.479/2023 (Art. 1º) e Decreto Estadual 38.136/2023 (Art. 3º e 5º);

9.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. 10 CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao Edital.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

10.3. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento à presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso. Parágrafo Segundo - Integra esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026 – SES/MA e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

10.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Estadual nº 38.136/2023 e legislações correlatas.



11. DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da comarca desta cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente.

São Luís - MA, de de 2026.

Kátia Cristina de Castro Veiga Trovão
Secretária Adjunta de Assistência à Saúde

XXXXXX (representante legal XXXXXXXXXXXXX
(empresa beneficiária)



ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES/MA E, DE OUTRO, COMO CONTRATADA, A XXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento particular de contrato para Fornecimento de Bens na área de saúde, de um lado a **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES**, órgão da Administração Direta, CNPJ n.º . , com sede na Av. Carlos Cunha s/n, Bairro Calhau, nesta capital, neste ato representada por seu titular, brasileiro,, inscrita no CPF/MF de n.º....., e portador do R.G. de n.º SSP/MA, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, o **XX**, doravante denominado de **CONTRATADA**, resolvem firmar o contrato de prestação de serviços, decorrente do procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO-SRP N.º XX/2026-CSL/SES**, com base na Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações, pelas condições constantes no Termo de Referência, constante do **Processo Administrativo nº XXXXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para o fornecimento de grupo(s) gerador(es) estacionário(s), potências disponíveis de 33kVA (trinta e três quilo-Volt- Ampère), 50kVA (cinquenta quilo-Volt-Ampère), 80kVA(oitenta quilo-Volt-Ampère), 100kVA(cem quilo-Volt-Ampère), 150kVA (cento e cinquenta quilo-Volt-Ampère), 300kVA(trezentos quilo-Volt-Ampère), 500kVA(quinhetos quilo-Volt-Ampère) e 750kVA(setecentos e cinquenta quilo-Volt-Ampère), para atender aos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), às Unidades Regionais de Saúde (URS) e aos órgãos administrativos vinculados à Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Maranhão (SES/MA).

1.2. Os itens a serem adquiridos devem conter as seguintes especificações técnicas e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;



- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Ata de Registro de Preços;
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLAÚSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

- 2.1 O contrato terá vigência de xxxxxxxxxxxxxx ou até a entrega definitiva do objeto (o que ocorrer primeiro,) devendo ser respeitada a vigência do crédito orçamentário para cobertura das despesas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 3.1. A contratada deverá proceder à entrega dos produtos objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 3.2. As entregas deverão ser feitas no Almoxarifado/SESMA, situado na Rua Estrada da Vitória, nº 2409 – Bairro Fé em Deus – São Luís/MA. CEP: 65.037-270, de Segunda à Sexta das 8:00hs às 12:00hs e das 14:00hs às 18:00hs.
- 3.3. A entrega deverá ocorrer de forma parcelada, conforme necessidade e autorização da Administração.
- 3.4. A simples entrega do (s) produto (s) objeto (s) da autorização/solicitação não implica na sua aceitação definitiva, que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo Corpo Técnico da SAAS/SES, logo serão recebidos:
- a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito da verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.
 - b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.
- 3.5. O (s) produto (s) deverá (ão) estar acondicionados de forma compatível para sua conservação, em embalagem (ns) de fábrica e lacrado (s) pelo (s) próprio (s) fabricante (s).
- 3.6. O (s) fornecedor (es) ficará (ão) obrigado (s) a substituir no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, após o recebimento de notificação expedida por esta SECRETARIA, independente da aplicação das penalidades cabíveis, sem quaisquer ônus para esta Secretaria, o (s) produto (s) que venha (m) a ser recusado (s), podendo o (s) produto (s) substituído (s) ser (em) submetido (s) a exame técnico.
- 3.7. A (s) Nota (s) de Empenho deverá (ão) vir em anexo à (s) Nota (s) fiscal (is) no ato da entrega da (s) mercadoria (s) no almoxarifado/SES. Todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, visam o benefício e a melhoria incessante dos serviços prestados aos usuários da Rede de Saúde Pública do Estado do Maranhão, para tal, antes de tudo, é necessário que a **CONTRATADA** ofereça aos **COLABORADORES** para que estejam num ambiente propício e de qualidade para a execução das suas atividades laborativas.
- 3.8. O não atendimento dos prazos estabelecidos nesta contratação sujeitará a CONTRATADA à aplicação das sanções cabíveis;



4. CLAÚSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1 O valor total estimado do contrato será de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive os tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLAÚSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas com a execução do presente Contrato possuem a seguinte Dotação Orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: XXXX;

PROGRAMA: XXXX;

PROJETO ATIVIDADE/AÇÃO: XXXXX;

UNIDADE GESTORA: XXXX;

PLANO INTERNO: XXXXXX; **NATUREZA DE DESPESA:** XXXXXX; **ITEM:** XXXX;

FONTE: XXXXXX.

6. CLAÚSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Instrumentos de Medição de Resultado:

6.1.1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, é definido como um mecanismo que possibilita avaliar objetivamente os níveis mínimos de qualidade e quantidade da prestação dos serviços, além de estabelecer o redimensionamento do pagamento caso o serviço seja prestado com desempenho inferior ao pactuado, sob a égide da IN nº 05/2017, conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 01	
Grau	Correspondência
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

TABELA 02		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC

Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada;	01
10	Utilizar material de qualidade inferior às especificações exigidas neste Termo;	03

6.2. O (s) pagamento (s) será efetuado em moeda corrente nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, conferência e aceite definitivo dos materiais, por meio de ordem bancária, e de acordo com as condições constantes da proposta de preços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato e de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

6.3. A Nota Fiscal / DANFE será emitida em favor da Secretaria de Estado da Saúde – CNPJ: 02.973.240/0001-06, protocolizada na SES-MA, até o quinto dia útil subsequente ao mês do aceite definitivo dos materiais, através de ofício, encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde, devendo ainda conter todas as informações necessárias para dela se dar quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes.

6.4. A solicitação de pagamento deverá vir acompanhada, ainda, da cópia da nota de empenho, cópia do contrato e/ou ordem de serviço, certidões de regularidade junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (CND e Dívida Ativa, Justiça do Trabalho e Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, devidamente atualizadas, assim como comprovar quaisquer alterações havidas em seu contrato social, de acordo com a legislação vigente.

6.5. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e demais documentações necessárias ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponder os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à CONTRATADA, qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade.

6.6. A CONTRATADA lançará na Nota Fiscal/Fatura as especificações do (s) material (ais) entregue (s) de modo idêntico àquelas constantes do objeto do Contrato e da Nota de Empenho.

6.7. Deixarão de compor o pagamento mensal da empresa CONTRATADA as provisões de encargos trabalhistas (décimo terceiro, férias e abono de férias, impacto de férias e décimo-terceiro salário e multa do FGTS), cujo valor será diretamente depositado em conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação, em atendimento ao disposto na Lei Estadual nº 10.268, de 24 de julho de 2015.

6.8. Ao protocolar o pedido de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar dentre as documentações solicitadas as Certidões Negativas de Débitos referentes ao INSS, FGTS, Fazenda Federal e Estadual (CND e Dívida Ativa), Municipal e Justiça do Trabalho, devidamente atualizadas, assim como comprovar quaisquer alterações em seu contrato social, de acordo com a legislação vigente.

6.9. A Nota Fiscal deverá ser atestada pela CONTRATANTE por intermédio do Gestor/Fiscal do Contrato, observadas as normas estabelecidas neste instrumento e no contrato.

- a) cópia da respectiva Ordem de Serviço;
- b) cópia da Nota de empenho;
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a qual se refira às



contribuições previdenciárias e as de terceiros;

- d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Municipal (ISSQN e TLVF);
- g) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
- h) Certificado de Regularidade do FGTS;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- j) Certidão de Regularidade com a CAEMA, com validade compatível com a data do pagamento, caso a CONTRATADA tenha endereço no Estado do Maranhão, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 21.178/2005.

6.10. Cada Nota Fiscal/Fatura será conferida e atestada pelo Fiscal/Comissão de Fiscalização responsável pelo recebimento dos Bens, que também deverá conferir toda a documentação constante no item anterior.

6.11. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada com, no mínimo, as seguintes informações, dentre outros dados que poderão ser indicados pelo Fiscal/Comissão de Fiscalização:

6.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO:

7.1. O prazo de garantia do objeto poderá ser diferente do prazo de execução contratual;

7.2. O (s) produto (s) a serem entregues deverá (ão) ter garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses ou outro prazo definido neste termo de referência, a contar da data de recebimento e sua aceitação definitiva, devidamente atestada pelo setor competente da SES/MA;

7.3. Caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta condição, a licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo tempo restante;

7.4. Caso os produtos percam suas características ou deteriorem-se, e, estando este (s) dentro do prazo da garantia, assim como em condições normais de estocagem, uso e manuseio, deverão ser trocados no prazo máximo a ser determinado pelo Fiscal/Gestor do Contrato/SES-MA, contados a partir da comunicação formal, ficando por conta e ônus da CONTRATADA todas as despesas decorrentes para a efetivação da troca;

7.5. Todas as providências para substituição de materiais defeituosos deverão ser adotadas pela CONTRATADA, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da data de notificação pelo responsável da Secretaria ou Estabelecimento Assistencial de Saúde. Em não sendo observado tal prazo, poderá a CONTRATANTE tomar as providências que achar necessária para reparo dos bens, às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo dos direitos a que faça jus por força do Contrato;

7.6. A CONTRATADA responderá solidariamente com os fornecedores dos produtos (fabricante, produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que tornem os materiais irrecuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam, aplicando-se subsidiariamente o art. 12 da Lei



Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

7.7. A CONTRATADA fica obrigada, durante o período de garantia e em caso de necessidade de substituição de produtos e/ou componentes que não mais existam no mercado, ou que estejam fora de linha de fabricação em razão de evolução tecnológica ou que, por qualquer outro motivo o fabricante não mais o produza, a proceder a substituição por produto e/ou componente tecnologicamente equivalente ou superior;

7.8. Todos os componentes destinados à reparação dos materiais deverão ser novos e originais com garantia estabelecida inicialmente e igual ao do produto novo;

7.9. Toda e qualquer despesas decorrentes da execução da garantia aqui descritos, inclusive as substituições de produtos e/ou seus componentes, ficarão inteiramente a cargo da CONTRATADA.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério desta Secretaria.

8.2. Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Secretaria fica autorizada a promover a retenção dos pagamentos, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor mensal devido, para fins de atingir o valor total da garantia.

8.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 1% (um por cento).

8.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:

- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) As multas moratórias e compensatórias aplicadas à Contratada.

8.6. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em conta específica com correção monetária, em favor da Secretaria de Estado da Saúde – SES.

8.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

8.8. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, e ainda por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

8.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

8.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.



8.11. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

8.12. Após execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

8.13. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim só segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamentos dessas verbas trabalhistas diretamente pela administração.

8.14. Em caso de encerramento da vigência do contrato, ou rescisão contratual, a Secretaria reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

8.15. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

8.16. A Secretaria de Estado da Saúde – SES não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

- a) Caso fortuito ou força maior;
- b) Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da administração;
- d) Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da administração.

9. CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

9.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021, são obrigações da CONTRATANTE:

- a) designar o Gestor/ Fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, através do servidor designado;
- c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da empresa fornecedora, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- d) comunicar/notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa fornecedora, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, se for o caso;
- f) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa fornecedora;
- g) efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- h) não permitir que “outrem” cumpra as obrigações a que se sujeitou a empresa contratada;



- i) permitir acesso dos empregados da empresa fornecedor às suas dependências para o recebimento ou substituição do (s) produto (s);
- j) rejeitar, no todo ou em parte, o (s) produto (s) em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
- k) exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da empresa fornecedora, que prejudique, de qualquer forma, a fiscalização, ou ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das suas funções que lhe foram atribuídas.

9.1.1. A SES/MA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da mesma, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. A CONTRATADA obriga-se:

- I. Realizar a entrega do (s) produto (s) na forma como indicados no Termo de Referência e na proposta apresentada no certame, observando rigorosamente as normas técnicas em vigor, não sendo admitidas quaisquer modificações em sua execução sem prévia autorização da SES/MA;
- II. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a SES/MA;
- III. Fornecer o (s) produto (s) no prazo estabelecidos, a contar da assinatura do contrato no local e endereço descrito neste Termo de Referência;
- IV. Obrigar-se a manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação já exigidas na Licitação, e documentação pertinente atualizada, comunicando a SES-MA qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente;
- V. Caso as especificações técnicas do (s) produto (s) não correspondam ao exigido em Edital, bem como apresentem algum defeito ou vício, a CONTRATADA deverá providenciar, a substituição do mesmo na forma estabelecida, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da possibilidade da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei nº 14.133/2021 e demais legislações vigentes;
- VI. Arcar com todas as despesas, tributos, obrigações trabalhistas, previdenciárias, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham incidir sobre os produtos ofertados;
- VII. Apresentar a SES/MA o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;
- VIII. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela SES/MA;
- IX. Não transferir, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a SES/MA;
- X. Responsabilizar-se solidariamente com os fornecedores (fabricante, produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que os torne irrecuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam;
- XI. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, quando as leis trabalhistas, previdenciárias e demais exigências legais lhe assegurarem, ficando isenta a SES/MA de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, sobretudo, quando do transporte e da entrega do (s) objeto (s) adquiridos;
- XII. Fornecer por escrito, até a data da assinatura do presente instrumento, nome e telefone para contato do preposto designado a representar a empresa, disponibilizando os meios adequados de comunicação



(telefone fixo, celular e e-mail) para relatar ocorrências e facilitar contatos entre o gestor/fiscal de contrato e o preposto da CONTRATADA;

XIII. Fornecer mão de obra especializada para entrega, montagem e/ou instalação quando o (s) objeto (s) adquirido (s) necessitarem ou quaisquer outros serviços especializados, sem ônus para a CONTRATANTE.

XIV. Cumprir o contrato em sua totalidade, sendo expressamente vedada a Subcontratação para atingir este feito

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS LEI Nº 13.709/2018

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do ART. 6º DA LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO/GESTÃO

11.1. FISCAL DO CONTRATO



11.1.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 38.134/2023, art. 18);

11.1.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 38.134/2023, art. 18, § 1º);

11.1.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 38.134/2023, art. 19, II);

11.1.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual 38.134/2023, art. 19, I).

11.1.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 38.134/2023, art. 19, IV).

11.1.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 38.134/2023, art. 19, XIX)

11.2. GESTOR DE CONTRATO

11.2.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 38.134/2023, art. 16).

11.2.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto Estadual nº 38.134/2023, art. 16, V).

11.2.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 38.134/2023, art. 16, VI).

11.2.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 38.134/2023, art. 16, IX).

11.2.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 38.134/2023, art. 16, XIII).

11.2.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o



aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 38.134/2023, art. 16).

11.2.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato. Os termos do futuro contrato vincular-se-ão estritamente às regras deste Termo de Referência, do Edital e seus anexos, e, ao conteúdo da proposta do licitante vencedor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

11.1. Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido na Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e se comprometem a observar e a fazer observar, inclusive por seus subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

11.2 Sendo assim, na execução do presente contrato, é vedado à requisitante e ao contratado e/ou ao empregado, preposto e/ou gestor seu:

- a) Ao longo da vigência deste ajuste e após, prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, ou a quem quer que seja;
- b) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013;
- c) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- d) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- e) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
- f) Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;
- g) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/2015 e alterações ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

11.3 Constatada administrativamente qualquer prática contrária aos deveres estipulados nesta cláusula, a Parte poderá notificar a outra e exigir que essa tome as medidas corretivas necessárias em um prazo razoável.

11.4 Se a Parte notificada falhar ao tomar as medidas corretivas necessárias, ou se essas medidas não forem possíveis, poderá invocar defesa, provando que, quando as evidências da violação surgiram, tinha colocado em prática medidas preventivas anticorrupções, capazes de detectar o ato de corrupção e promover uma cultura de integridade na organização.

11.5 Se nenhuma medida corretiva for tomada, a Parte notificante poderá, a seu critério, independentemente das sanções aplicáveis à conduta, proceder à imediata rescisão deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidade.



13. CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS NOTIFICAÇÕES

13.1. Qualquer comunicação das partes a respeito do Contrato só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

15.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo do objeto contratado, de acordo com o teor do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.1.1. Os acréscimos das aquisições deverão observar o percentual de até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 As infrações e sanções administrativas, serão tratadas em conformidade com as disposições contidas no Art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021. Multa, nos percentuais e condições indicados abaixo:

16.2. Advertência por escrito, nos termos (art. 156, Lei Federal nº 14.133/2023);

16.3. Do grau de infrações:

16.3.1. Infrações Leves: Infrações que não comprometem gravemente a execução do contrato ou causam prejuízos menores à administração pública. Penalidade: Multa de 0,5% do valor do contrato.

16.3.2. Infrações Médias: Infrações que comprometem a execução do contrato, causando transtornos à administração pública, mas sem impedir sua continuidade. Penalidade: Multa de 2% do valor do contrato.

16.3.3. Infrações Graves: Infrações que afetam seriamente a execução do contrato, podendo causar grandes prejuízos à administração pública e/ou à coletividade. Penalidade: Multa de 5% do valor do contrato.

16.3.4. Infrações Gravíssimas: Infrações que inviabilizam a continuidade do contrato, causam grandes prejuízos ou configuram fraudes. Penalidade: Multa de 10% do valor do contrato.

16.4. Fica impedido de contratar com a **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, quando ocorrer:

a) Atraso na Execução do Contrato:

a.1) Leve: Atraso de até 5 dias. Penalidade: Multa de 0,5% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 2%.



- a.2) Médio: Atraso de 6 a 15 dias. Penalidade: Multa de 2% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 5%.
- a.3) Grave: Atraso superior a 15 dias. Penalidade: Multa de 5% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 10%. b) Não Conformidade com as Especificações Técnicas
- b.1) Leve: Pequenas inconformidades que não comprometem o uso do equipamento. Penalidade: Multa de 0,5% do valor do contrato.
- b.2) Médio: Inconformidades que requerem ajustes ou reparos significativos. Penalidade: Multa de 2% a 5% do valor do contrato.
- b.3) Grave: Inconformidades que inviabilizam o uso do equipamento. Penalidade: Multa de 5% do valor do contrato
- b.4) Gravíssimo: Fornecimento de produtos totalmente diferentes dos especificados ou com defeitos graves. Penalidade: Multa de 10% do valor do contrato. c) Descumprimento de Obrigações Contratuais
- c.1) Leve: Falta de cumprimento de pequenas obrigações contratuais, como entrega de documentação. Penalidade: Multa de 0,5% do valor do contrato.
- c.2) Médio: Falta de cumprimento de obrigações que causam transtornos administrativos. Penalidade: Multa de 2% do valor do contrato.
- c.3) Grave: Descumprimento de obrigações essenciais, como garantia e suporte técnico. Penalidade: Multa de 5% do valor do contrato.
- c.4) Gravíssimo: Descumprimento total do contrato. Penalidade: Multa de 10% do valor do contrato. c.5) Impedimento de licitar e contratar com o Governo do Estado do Maranhão com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Estado pelo prazo de até 03 (três) anos, nos termos (art. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2023).
- c.6) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos (art. 156, §4º da Lei federal nº 14.133/2023).
- 16.5. A multa poderá ser aplicada concomitantemente com as sanções previstas no subitem 21.2 e letras "c5 e/ou c6" deste item.
- 16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o Termo de Referência Registro de preços para aquisição de materiais per (2619336) SEI 2024.110222.01694 / pg. 13 contraditório e a ampla defesa à empresa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.
- 16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

17.1. O presente Contrato, nos termos do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, será extinto se:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;



- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3. Em caso de rescisão administrativa decorrente da inexecução total ou parcial do Contrato, por culpa da CONTRATADA, esta não terá direito a espécie alguma de indenização, sujeitando-se às consequências contratuais e legais, reconhecidos os direitos da Administração.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Este **CONTRATO** representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

18.2. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

18.3. A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício da prerrogativa decorrente deste **CONTRATO** não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

18.4. Após a assinatura do contrato a instituição selecionada não poderá se furtar de prestar serviços conforme os valores estabelecidos, ficando esclarecido que a desistência posterior acarretará as sanções previstas no Capítulo IV da Lei nº 14.133 de 2021 e demais legislações aplicáveis.

18.5. A CONTRATADA se obriga a comunicar à CONTRATANTE, qualquer alteração em seu quadro social e em sua representação, no prazo de 05(cinco) dias contado de sua ocorrência.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- c) **Subcontratar total ou parcialmente o objeto deste Contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis.**

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONSULTA AO CEI

20.1. A realização de pagamentos feitos em favor da CONTRATADA estabelecida no Maranhão ficam condicionados à consulta prévia pela CONTRATANTE ao **Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI** para verificação da situação da CONTRATADA em relação às obrigações pecuniárias e não pagas, consoante determina o art. 6º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

20.2. Constatada a existência de registro no CEI da CONTRATADA estabelecida no Estado do Maranhão, a **CONTRATANTE** não realizará os atos previstos nesta Cláusula, por força do disposto no art. 7º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE



21.1. A **CONTRATANTE** providenciará nos termos do, a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado do Maranhão e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos prazos previstos nos incisos I e II do **caput** deste artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, sob pena de nulidade.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís - Comarca da Ilha de São Luís, excluído quaisquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, as partes assinam o presente instrumento contratual em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Luís, _____ de _____ de 20xx

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____